



# Conduta Empresarial Responsável no Setor Agrícola na América Latina e Caribe



**Por favor, cite esta publicação da seguinte maneira:**

OCDE (2022), *Conduta Empresarial Responsável no Setor Agrícola na América Latina e Caribe*

© OCDE 2022

Este trabalho é publicado sobre a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos aqui empregados não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países-membros da OCDE.

Este documento e qualquer mapa nele incluído não prejudicam o status ou a soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

**Créditos das imagens:** © jaboo2foto iStock / Getty Images Plus



**Financiado pela  
União Europeia**

# Prefácio

Ao adotar uma conduta empresarial responsável (CER), todas as empresas (independentemente de sua condição jurídica, seu porte, sua estrutura acionária ou do setor em que atuam) podem evitar e abordar quaisquer consequências negativas de suas operações, enquanto contribuem para o desenvolvimento sustentável dos países e das comunidades onde operam. A CER significa integrar e considerar questões ambientais e sociais nas principais atividades comerciais, incluindo em toda a cadeia de fornecimento e nas relações comerciais. De forma mais concreta, a CER significa que as empresas respeitam os direitos humanos (e contribuem para o respeito deles); a preservação e restauração do meio ambiente; a proteção dos interesses do consumidor; a luta contra a corrupção; a concorrência leal; e uma contribuição justa para o tesouro, entre outras áreas. A CER também ajuda a facilitar condições equitativas entre empresas e economias promovendo um ambiente de investimento internacional previsível e baseado em regras.

Este relatório fornece uma análise das questões e iniciativas da CER para promover e possibilitar o engajamento comercial das cadeias de abastecimento agrícola responsável na região da América Latina e Caribe (ALC). O relatório foca na Argentina, no Brasil, no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, no México e no Peru. Ele descreve tendências que são compartilhadas em toda a região, embora enfatize que nem todas as questões de CER descritas no relatório estão presentes no mesmo grau em todos os países. As diferenças importantes são, sempre que possível, demonstradas com exemplos.

O relatório regional se baseia em um estudo da literatura e dos dados disponíveis ao público sobre o setor de agricultura nos sete países abrangidos. Isso incluiu o estudo de relatórios específicos dos países com o objetivo de produzir uma representação equilibrada das questões e partes interessadas. Trinta e duas entrevistas por telefone foram feitas com especialistas que trabalharam ou estão trabalhando como assessores externos de instituições governamentais, da sociedade civil e da indústria para preencher lacunas nos dados disponíveis ao público e para verificar os resultados da análise. Essa contribuição também foi complementada pelos resultados da Pesquisa Econômica da OCDE de 2021 sobre Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe, que reuniu respostas de um grupo de empresas ativas no setor agrícola que operam nos ou a partir dos sete países da ALC que são objeto deste estudo. Todavia, nenhuma pesquisa de campo foi realizada para validar as conclusões desse relatório. As principais questões de CER identificadas foram informadas por uma série de diferentes protagonistas e instituições, inclusive em dados secundários e relatórios de terceiros. As questões foram priorizadas usando um conjunto de indicadores de acordo com o Guia de Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola publicado pela OCDE/FAO. Eles abrangem nove áreas de risco: direitos humanos; direitos trabalhistas; saúde e segurança; segurança alimentar e nutrição; direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais; bem-estar animal; proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; governança; e tecnologia e inovação.

As conclusões deste relatório podem contribuir para fortalecer a aceitação da CER pelas empresas que operam no setor agrícola na ALC; fomentar a colaboração para a implementação no setor privado; informar a formulação de políticas nos países envolvidos; e, ajudar a direcionar o engajamento da OCDE e das atividades de capacitação através de seu projeto Conduta empresarial responsável na América Latina e Caribe (CERALC).

Este relatório foi realizado no marco do projeto CERALC, que promove o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na região, apoiando práticas empresariais responsáveis em linha com os instrumentos internacionais. O projeto CERALC, implementado pela OCDE em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), visa promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo na região dando apoio a práticas empresariais responsáveis de acordo com instrumentos internacionais. É a primeira vez que essas três organizações unem forças com o apoio da União Europeia para promover a CER no âmbito de um projeto regional conjunto. O projeto inclui uma mistura de atividades regionais e específicas de cada país. Estas são implementados em nove países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Panamá e Peru.

## Agradecimentos

Esta publicação foi preparada pelo Centro de Conduta Empresarial Responsável da OCDE, liderado por Allan Jorgensen. O relatório foi supervisionado por Froukje Boele, Gerente para a América Latina e Caribe no Centro. Foi elaborado por Sebastian Weber, Analista de Políticas para a América Latina e Caribe, com orientação de Shivani Kannabhiran, Líder do Setor de Devida Diligência para Cadeia de Fornecimento (Setor Agrícola), e contribuições significativas da KUMI Consulting LTD. O relatório se beneficiou dos comentários de Santiago Guerrero e Dalila Cervantes-Godoy (Diretoria de Comércio e Agricultura da OCDE). Outras contribuições foram recebidas de Stephanie Venuti, Germán Zarama, Inmaculada Valencia, Jorge Gálvez Méndez, Duniya Dedeyn e Juan Jacobo Arias, também do Centro de CER da OCDE. Randy Holden editou o documento.

O Centro expressa sua gratidão aos Pontos de Contato Nacional para CER na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru, bem como aos respectivos ministérios da agricultura e por contribuir com aportes e comentários para o relatório. A FAO, a OIT e o ACNUDH também forneceram contribuições valiosas.

Este relatório foi elaborado com o apoio financeiro da União Europeia no contexto do Projeto “Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe”. As opiniões ora expressas não devem, de modo algum, ser consideradas como se refletissem a opinião oficial da União Europeia.



# Índice

Prefácio	3
Abreviaturas e Siglas	7
Resumo Executivo	9
<b>1 A relevância econômica e social do setor agrícola</b>	<b>11</b>
1.1 Importância histórica na região	11
1.2 Conduta Empresarial Responsável e devida diligência	14
1.3 Padrões da OCDE sobre conduta empresarial responsável relevantes para o setor de agricultura	16
1.4 Adoção global da devida diligência da OCDE	18
<b>2 Questões e desafios para uma conduta empresarial responsável</b>	<b>20</b>
2.1 Proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais	20
2.2 Direitos trabalhistas	24
2.3 Direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais	28
2.4 Governança	29
2.5 Segurança alimentar e nutrição	30
<b>3 Esforços comerciais para promover as cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola</b>	<b>32</b>
3.1 Ações comerciais e iniciativas do setor	33
3.2 Desafios e necessidades futuras para ampliar as práticas de CER	43
<b>4 Conclusão</b>	<b>46</b>
Anexo A: Tabelas de Referência	48
Anexo B: Amostra da Pesquisa Econômica	51
Glossário	54
Referências	55
Notas	64

## Tabelas

Tabela 1.1. Visão geral da contribuição do setor agrícola e das principais commodities	11
Tabela 3.1. Iniciativas da indústria nacional e local por país	37
Tabela 3.2. Programas nacionais de certificação/protocolo por país	40
Tabela 3.3. Programas de certificação e iniciativas específicos para commodities	42
Tabela 3.4. Programas de certificação e iniciativas internacionais na região	43
Tabela 0.1. Casos específicos do setor de agricultura na América Latina (2000 - novembro de 2020)	48
Tabela 0.2. Indicadores analisados para priorizar questões de CER de acordo com o Guia OCDE-FAO	49

## Figuras

Figura 1.1. Processo de devida diligência da OCDE e medidas de apoio	15
Figura 1.2. Estágios do abastecimento agrícola	17
Figura 1.3. Riscos ao longo da cadeia de valor agrícola	17
Figura 3.1. Desafios significativos causados pela pandemia da COVID-19	33
Figura 3.2. Práticas de CER que ajudaram a gerenciar esses desafios	34
Figura 3.3. Políticas empresariais que articulam compromissos referentes a questões de CER	35
Figura 3.4. Práticas de avaliação de riscos das empresas como parte de um processo de devida diligência	39
Figura 3.5. Verificação das empresas sobre a eficácia das práticas de devida diligência	39
Figura 3.6. Relatórios públicos das empresas sobre questões de CER	41
Figura 3.7. Necessidade de atividades de CER futuras e apoio	44
Figura 0.1. Especialistas entrevistados para a análise de questões e iniciativas de CER	50
Figura 0.1. Respostas por tamanho da empresa (número de empregados)	51
Figura 0.2. Respostas por país de operação	52
Figura 0.3. Respostas por tipo de propriedade	52
Figura 0.4. Respostas por posição na cadeia de fornecimento	53

## Quadros

Quadro 1.1. Compreender o risco de acordo com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais	16
Quadro 1.2. Casos específicos que fazem referência ao setor de agricultura na América Latina	18
Quadro 2.1. Como a mudança climática pode afetar a segurança alimentar	21
Quadro 3.1. A Pesquisa Econômica da OCDE para 2021 sobre CER na América Latina e Caribe <sup>1</sup>	32
Quadro 3.2. Como as empresas estão superando as questões de rastreabilidade na cadeia de fornecimento de soja	36

# Abreviaturas e Siglas

AAPRESID	Associação Argentina de Produtores de Plantio Direto
Plano ABC	Agricultura de Baixo Carbono, Brasil
ADERE-MG	Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais, Brasil
APEAM	Associação dos Produtores e Embaladores Exportadores de Abacate do México ( <i>Asociación de Productores y Empacadores Exportadores de Aguacate de México</i> )
BPA	Manual de Boas Práticas Agrícolas ( <i>Manual de Buenas Prácticas Agrícolas</i> )
BPF	Boas Práticas de Fabricação, México ( <i>Buenas Prácticas de Manufactura</i> )
BSC	Bahia Specialty Cellulose, Brasil
BSCI	Iniciativa de Responsabilidade Social Empresarial ( <i>Business Social Compliance Initiative</i> )
CANAPEP	Câmara Nacional de Produtores e Exportadores de Abacaxi, Costa Rica ( <i>Cámara Nacional de Productores y Exportadores de Piña</i> )
CCPI	Índice de Desempenho em Alterações Climáticas ( <i>Climate Change Performance Index</i> )
CEDHA	Centro de Direitos Humanos e Meio Ambiente ( <i>Centro de Derechos Humanos y Ambiente</i> )
CGF	Fórum de Bens de Consumo
OSC	Organização da Sociedade Civil
DFI	Instituição Financeira de Desenvolvimento
Guia da Devida Diligência	Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável
UE	União Europeia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FDF	Fundação para o Desenvolvimento de Frutas, Chile ( <i>Fundación para el Desarrollo Frutícola</i> )
IED	Investimento Estrangeiro Direto
FEFAC	Federação Europeia dos Fabricantes de Rações ( <i>Fédération Européenne des Fabricants d'Aliments Composés</i> )
FSF	Florverde Sustainable Flowers, Colômbia
FTA	Acordo de Livre Comércio
BPA	Boas Práticas Agrícolas
PIB	Produto Interno Bruto
GGFSA	Avaliação da Sustentabilidade da Unidade de Produção Global GAP
GEE	Gases de Efeito Estufa
GRSB	Mesa Redonda Global para a Carne Bovina Sustentável ( <i>Global Roundtable for Sustainable Beef</i> )
ICA	Instituto Colombiano Agropecuário ( <i>Instituto Colombiano Agropecuario</i> ).
IEC	Comissão Eletrotécnica Internacional

OIT	Organização Internacional do Trabalho
INCASUR	<i>Industrias Alimenticias Cusco</i>
ISO	Organização Internacional de Normalização
CSI	Confederação Sindical Internacional
KPI	Indicador-Chave de Desempenho
ALC	América Latina e Caribe
MagyP	Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca, Argentina ( <i>Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca</i> )
Mha	Milhões de Hectares
MINAGRI	Ministério da Agricultura, Chile, Peru ( <i>Ministerio de Agricultura</i> )
MT-PSP	Manual Técnico para a Produção Sustentável de Abacaxi, Costa Rica ( <i>Manual Técnico para la Producción Sostenible de la Piña</i> )
PCN	Ponto de Contato Nacional para Conduta Empresarial Responsável
ND-GAIN	Iniciativa de Adaptação Global Notre Dame, Estados Unidos
ONG	Organização Não Governamental
NUTRECO	Nutrição, Economia e Ecologia, Países Baixos
ODEPA	Gabinete de Estudos e Políticas Agrícolas ( <i>Oficina de Estudios y Políticas Agrarias</i> )
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
Diretrizes da OCDE	Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais
Guia OCDE-FAO	Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola
Oxfam-Novib	Comitê de Oxford para Alívio da Fome ( <i>Oxford Committee for Famine Relief</i> ) - Organização dos Países Baixos para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ( <i>Nederlandse Organisatie voor Internationale Ontwikkelingsamenwerking</i> )
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
CER	Conduta Empresarial Responsável
CERALC	Conduta Empresarial Responsável na América Latina e Caribe
SAI	Iniciativa de Agricultura Sustentável ( <i>Sustainable Agriculture Initiative</i> )
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
SFE	Serviço Fitossanitário do Estado, Costa Rica ( <i>Servicio Fitosanitario del Estado</i> )
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
SOMO	Centro de Pesquisas sobre Empresas Multinacionais ( <i>Stichting Onderzoek Multinationale Ondernemingen</i> )
TUDCN-RSCD	Rede Sindical de Cooperação para o Desenvolvimento ( <i>Réseau syndical de coopération au développement</i> )
ONU	Nações Unidas
UNDESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas
UNGC	Pacto Global das Nações Unidas
POs da ONU	Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
ACNUDH	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
DT-EUA	Departamento do Trabalho dos Estados Unidos
US\$	Dólares Norte-Americanos
FMB	Fórum Mundial da Banana



# Resumo Executivo

O setor agrícola na América Latina e Caribe (ALC) tem sido central para o crescimento econômico da região. As últimas duas décadas de produção agrícola em plena expansão viram a contribuição do setor para a economia da região quase dobrar; grande melhoria nos meios de subsistência para parcelas importantes das populações rurais; e aumento da segurança alimentar nos países da ALC e no restante do mundo. A proporção da população subnutrida em toda a região da ALC foi reduzida em 60% entre 1990 e 2014, tornando-se a primeira região do mundo a atingir o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir pela metade o percentual de pessoas que sofrem com a fome.

De fato, nos últimos 20 anos, os países analisados neste relatório - Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru - tornaram-se alguns dos principais exportadores mundiais de produtos agrícolas, incluindo grãos, oleaginosas, frutas, vegetais e café. Ademais, o setor continua impulsionando o desenvolvimento socioeconômico e a redução da pobreza na ALC. A agricultura continua sendo uma fonte relevante de emprego em toda a região, representando cerca de 14% de sua força de trabalho. Esse crescimento permitiu que muitos países se estabelecessem como players importantes no comércio internacional de bens agrícolas.

As atividades agrícolas também podem gerar impactos negativos no meio ambiente, nos direitos humanos e na governança, principalmente quando são desenvolvidas com planejamento ineficiente, gestão de risco limitada ou aplicação insuficiente de boas práticas agrícolas (BPA). Os negócios agrícolas e as atividades de agricultura que buscam aumentar a produção por meio da expansão do uso da terra ou do aumento da produção podem contribuir para a degradação ambiental, como a perda de florestas e da biodiversidade, assim como para a degeneração do solo, poluição da água e superexploração e emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao mesmo tempo, as atividades agrícolas, bem como o setor como um todo, são ameaçadas pela mudança climática e pelo aumento da demanda para alimentar um planeta com população em crescimento, o que representa maior consumo de alimentos. Os impactos ambientais da agricultura representam riscos para os ecossistemas, meios de subsistência e para a saúde das comunidades e populações rurais, bem como riscos para a própria produção. Os trabalhadores agrícolas da região, principalmente as mulheres, os povos Indígenas e os trabalhadores migrantes, são vulneráveis a violações dos direitos trabalhistas. As atividades agrícolas estão entre as mais propensas a envolver trabalho infantil: o setor responde por 70% do trabalho infantil no mundo e 52% nas Américas. Embora tenham sido feitos progressos, inclusive através da legislação e dos esforços dos países para reduzir o trabalho infantil na agricultura da região, na maioria das vezes, ele continua sendo um problema na subsistência não remunerada, na agricultura comercial e familiar e na pecuária. Além disso, os povos Indígenas estão mais expostos ao risco de violações associadas à compra de terras e ao deslocamento.

Os formuladores de políticas e as empresas em toda a região estão cientes dos desafios urgentes de transformação para um sistema agroalimentar mais sadio, mais equitativo e sustentável e dos desafios para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Os agronegócios se comprometeram a fazer mudanças tangíveis e positivas nos sistemas alimentares regionais e mundiais. Refletindo tendências mundiais, tem havido um crescente interesse entre as empresas e os governos da ALC em abordar os riscos do setor agrícola, promover a conduta empresarial

responsável e desenvolver sistemas alimentares sustentáveis e resilientes. Esses esforços têm sido bem recebidos por organizações da sociedade civil (OSCs) regionais e internacionais e por organizações internacionais e refletem a crescente preocupação dos consumidores de que os produtos agrícolas sejam provenientes de práticas comerciais responsáveis, promovam o bem-estar dos agricultores e cumpram os compromissos globais de sustentabilidade.

Empresas de todos os tipos reconhecem cada vez mais a importância da CER e, principalmente, da devida diligência baseada em riscos para promover a eficiência e a resiliência das cadeias de fornecimento e para atender a padrões de consumo sustentável. As empresas da ALC, inclusive no setor agrícola, participam ativamente de mais de 15 redes do Pacto Global das Nações Unidas (UNGC) que alinham estratégias e operações a princípios universais sobre direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, e tomam medidas que promovem as metas sociais. Diversos fatores nas esferas política, industrial e de consumo, bem como nas esferas legais e regulatórias, estão impulsionando a implementação da CER. Os padrões, os regulamentos e as restrições relacionados à importação nos países de destino desempenham um papel fundamental nas atividades agrícolas destinadas à exportação da ALC. Por exemplo, os desenvolvimentos regulatórios sobre a devida diligência para CER, assim como as exigências de bancos e investidores, têm aberto o caminho para a obrigatoriedade de análise de risco e critérios de sustentabilidade ao longo das cadeias de fornecimento no setor agrícola.

Os padrões da CER nas cadeias de fornecimento no setor agrícola são essenciais para garantir que os benefícios sejam disseminados e que o setor cumpra suas múltiplas funções, incluindo segurança alimentar, redução da pobreza e crescimento econômico. O compromisso e a ação das empresas para enfrentar os desafios de CER serão cruciais, mas não são suficientes, pois os desafios não podem ser resolvidos apenas por elas. A colaboração e o diálogo com governos, sociedade civil, comunidades locais e outras partes interessadas são necessários para o progresso da CER no setor de agricultura. As constatações deste relatório regional visam a fortalecer a adoção da CER pelas empresas que operam no setor agrícola na ALC; promover a colaboração para a implementação pelo setor privado; informar a elaboração de políticas nos países em questão; e ajudar a direcionar o engajamento e as atividades de capacitação da OCDE por meio de seu projeto de CER na ALC.

# 1 A relevância econômica e social do setor agrícola

## 1.1 Importância histórica na região

Com base na abundante riqueza natural e na enorme biodiversidade da região, a agricultura e a pecuária têm sido fundamentais para a vida social e econômica na ALC há várias centenas de anos (FAO, 2021a). As práticas agrícolas mudaram ao longo do tempo, influenciadas pela mudança tecnológica, pela globalização e pelo investimento, e a produtividade agrícola aumentou em muitos países (OCDE/FAO, 2019a). O setor agrícola e da agricultura familiar representa uma importante fonte de subsistência, segurança alimentar e nutrição em toda a região.

### 1.1.1 Aumento da contribuição para o desenvolvimento econômico

A região é central para o abastecimento global de alimentos e produtos agrícolas não alimentares. De acordo com o “*Agricultural Outlook 2019-2028*” publicado conjuntamente pela OCDE e pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), até o ano 2028, a região da ALC representará 25% das exportações agrícolas e pesqueiras em todo o mundo (OCDE/FAO, 2019a). A crescente demanda por produtos agrícolas entre parceiros comerciais fora da região, combinada com a demanda local, contribuiu significativamente para a expansão do setor em todos os sete países abordados neste relatório. Entre 1998 e 2018, o valor agregado do setor agrícola na região quase dobrou (Banco Mundial, 2021).<sup>1</sup> Embora a proporção da contribuição do setor para o produto interno bruto (PIB) de cada país tenha diminuído com a crescente importância da produção do setor da indústria e de serviços, a agricultura ainda é o terceiro maior setor em todas as sete economias. Na região, a agricultura representou 4,7% do PIB em média em 2015-2017 (OCDE/FAO, 2019a). A Tabela 1.1 abaixo fornece uma visão geral da contribuição do setor para a economia de cada país como um percentual do PIB e das exportações totais, além das principais commodities produzidas tanto para consumo nacional quanto para exportação.

**Tabela 1.1. Visão geral da contribuição do setor agrícola e das principais commodities**

País	Agricultura conforme % do PIB	Agricultura conforme % do total de exportações	Cinco principais commodities agrícolas (em volume de produção)	As 5 principais commodities agrícolas (valor da exportação)
Argentina	6,1%	36%	Milho, soja, trigo, cana-de-açúcar, leite	Grânulo de soja, milho, soja em grão, óleo de soja, carne bovina
Brasil	4,4%	25%	Cana-de-açúcar, soja, milho, leite, mandioca	Soja, milho, carne bovina, carne de frango, grânulo de soja
Chile	3,5%	21%	Uvas, maçãs, trigo, beterraba-sacarina, leite	Vinho, cerejas, uvas, frutas preparadas, maçãs
Colômbia	6,7%	14%	Cana-de-açúcar, leite, dendê, batata, arroz	Café verde, bananas, azeite de dendê, extratos de café

Costa Rica	4,2%	27%	Cana-de-açúcar, abacaxis, bananas, leite, dendê	Bananas, abacaxis, alimentos preparados, café verde, frutas preparadas
México	3,4%	4%	Cana-de-açúcar, milho, leite, laranjas, sorgo	Cerveja, abacates, tomates, bebidas destiladas, pimentas e pimentas malaguetas
Peru	7,0%	15%	Cana-de-açúcar, batatas, arroz, banana-da-terra, leite	Uvas, mirtilos, abacates, café verde, aspargos

*Observação:* Os dados reunidos para a Tabela 1.1 são baseados nos dados disponíveis mais recentes. Os dados sobre exportações, PIB e commodities são baseados em estatísticas de 2019. Os produtos de exportação incluem produtos vegetais e animais e excluem alimentos.  
*Fonte:* OEC, 2021; FAO, 2021b; Banco Mundial, 2021.

### 1.1.2 Aumento da produtividade e da produção

O desempenho do setor agrícola na região tem sido caracterizado nos últimos 20 anos pelo crescimento da produção, sendo que o Brasil apresentou os números mais altos (4,1% entre 1991 e 2015) (OCDE/FAO, 2019a). O setor aumentou significativamente sua produtividade multifatorial nesse período; a taxa média anual entre 1991 e 2015 foi de 2,1%). Isso tem sido impulsionado em grande parte pela pesquisa e desenvolvimento (P&D), pelo aumento dos investimentos em infraestrutura e tecnologia e pelo uso de insumos agrícolas como sementes ou fertilizantes (OCDE/FAO, 2019a). Apesar dos baixos níveis de investimento em comparação com outros setores produtivos da região, o investimento estrangeiro direto (IED) contribuiu para o fortalecimento dos níveis de produção agrícola por meio do financiamento de infraestrutura e de novas tecnologias, como sementes certificadas, máquinas e equipamentos. A maioria do IED agrícola tem sido direcionado para as etapas agroindustriais da cadeia de fornecimento e o financiamento de colheitas comerciais, como grãos e oleaginosas. Nos últimos anos, o Brasil, o México e a Argentina têm sido os principais destinos do fluxo de entrada de IED específico para a agricultura<sup>2</sup> na região (CEPAL, 2019).

### 1.1.3 Aproveitando o aumento dos volumes de exportação

Embora o comércio agrícola tenha desacelerado mundialmente durante as duas últimas décadas, a ALC tem aumentado de forma contínua suas exportações desse setor (OCDE/FAO, 2019a). O valor combinado das exportações agrícolas da região aumentou de US\$ 38 bilhões para US\$ 127 bilhões entre 1997 e 2017 (FAO, 2021b).<sup>3</sup> Esse foi o resultado do rápido crescimento econômico dos mercados importadores, principalmente entre as economias emergentes como a China. Os volumes crescentes do comércio agrícola na região podem ser explicados em parte pelo estabelecimento de acordos comerciais e pelo aumento do investimento estrangeiro na agricultura. Os países da América Latina e Caribe participam de mais de 70 acordos de livre comércio (FTAs) com muitos países da região, da América do Norte, da União Europeia (UE) e da Ásia (OCDE/FAO, 2019a).

### 1.1.4 Países da América Latina e Caribe entre os maiores exportadores agrícolas do mundo

Segundo as estatísticas da FAO, os sete países pesquisados são os principais exportadores de produtos agroalimentares. Os maiores exportadores agrícolas e de alimentos são o Brasil (US\$ 80 bilhões em 2019), a Argentina (US\$ 36 bilhões), o México (US\$ 34 bilhões) e o Chile (US\$ 12 bilhões) (OCDE/FAO, 2019a). Além das exportações para alguns dos parceiros comerciais históricos da região, como os Estados Unidos e a UE, houve um crescimento no volume de exportações para países da Ásia, como a China e a Índia. Por exemplo, em 1999, a China importou US\$ 200 milhões em soja do Brasil e da Argentina; em 2018, esse número subiu para mais de US\$ 29 bilhões (OEC, 2018). O valor de exportação da produção de soja no Brasil e na Argentina aumentou mais de cinco vezes nos últimos 20 anos (OEC, 2021; OEC, 2018; FAO, 2021b). Atualmente, os países da região são alguns dos maiores exportadores

mundiais de grãos e oleaginosas (como soja e milho), frutas e vegetais (como banana, abacaxi, aspargos, mirtilo e abacate), cana-de-açúcar e café (FAO, 2021b).

### **1.1.5 Um setor agrícola heterogêneo**

O setor agrícola da região é diversificado entre os países e as commodities com relação à zona agroecológica, à infraestrutura rural, ao tamanho da fazenda, ao uso de tecnologia e à relevância econômica. Em termos de estrutura agrícola, por exemplo, a Argentina e o Brasil são caracterizados principalmente por fazendas grandes e comerciais, enquanto o restante da ALC é dominado por fazendas familiares e de pequenos agricultores (OCDE/FAO, 2019). Em termos de número de estabelecimentos, a agricultura familiar continua representando o maior contingente. Em toda a região, 81,3% do número total de fazendas são de pequenos agricultores, que ocupam 23,4% da terra (OCDE/FAO, 2019a).

### **1.1.6 Crescimento impulsionado por expansão de terras agrícolas e aumento de insumos e tecnologias**

A terra<sup>4</sup> dedicada à produção agrícola foi expandida em algumas partes da região nas últimas duas décadas, principalmente para apoiar a produção de grãos, oleaginosas e pastagem de gado. Entre 1997 e 2017, a área de terreno para produção de soja, que está amplamente concentrada na Argentina e no Brasil, aumentou mais de 180%; isso inclui novas terras incorporadas para a cultura da soja, mas também vem da conversão de estabelecimentos mistos ou pecuários para a produção de soja. De forma geral, a área de terra dedicada à agricultura aumentou 8% em toda a região neste período (Banco Mundial, 2016). Além da expansão das terras agrícolas, o setor agrícola na maior parte da região teve um aumento no uso de tecnologias e insumos, como fertilizantes e pesticidas, bem como agroquímicos.<sup>5</sup> Embora o nível de agroquímicos utilizados varie entre as operações agrícolas e de agronegócios na região, seu uso em termos absolutos na região cresceu nesse período. Enquanto isso, o uso médio de pesticidas por área de terra de cultivo tem se mantido estável na maioria dos países pesquisados desde os anos 2000 (OCDE/FAO, 2019a). Em toda a região, o uso de pesticidas aumentou mais de 60% entre 1997 e 2017 e o uso de fertilizantes aumentou mais de 30% entre 2007 e 2017 (FAO, 2021b). O maior uso de insumos contribuiu para o aumento geral da produtividade e da produção e atende às exigências derivadas da nova genética de cultivo (OCDE/FAO, 2020) na região. Ao mesmo tempo, o aumento e a intensificação da produção no setor de agricultura agravou as questões ambientais (OCDE/FAO, 2020).

### **1.1.7 A contribuição do setor para o trabalho e o emprego**

A agricultura é uma fonte relevante de emprego em toda a região, particularmente nas áreas rurais: ela abrange 12% da força de trabalho formal, em média, nos sete países pesquisados em 2019 (Banco Mundial, 2019). O setor agrícola peruano tem o maior percentual de trabalhadores (27% da força de trabalho), seguido pela Colômbia (16%), México (12%), Costa Rica (12%), Brasil (9%), Chile (9%) e Argentina (menos de 1%) (Banco Mundial, 2019). Entretanto, esses números podem ser consideravelmente mais altos quando são adicionados dados sobre o trabalho informal. Na maioria dos países da América Latina e Caribe, o setor agrícola é altamente dependente de mão de obra informal e de pequenos produtores, especificamente em indústrias de frutas e legumes, gado, café e cana-de-açúcar. Estima-se que quase 80% da força de trabalho agrícola da região é informal, consideravelmente superior à do setor industrial (49%) e de serviços (48%) (OIT, 2018). Nas áreas rurais da ALC, o emprego informal representa 86% dos trabalhadores agrícolas (OIT, 2021).

### **1.1.8 Uma força de trabalho formal predominantemente masculina**

Com algumas exceções, como na indústria de flores na Colômbia, as mulheres estão consideravelmente sub-representadas no setor agrícola: apenas 19% dos trabalhadores formais são mulheres.<sup>6</sup> As maiores



taxas de emprego feminino na região podem ser encontradas na Argentina (27%), no Peru (26%) e no Chile (24%), enquanto no México as mulheres representam 11% do total da força de trabalho formal contratada no setor (FAO, 2018). Em alguns países, foram feitos progressos para gerar uma maior participação das mulheres no trabalho nesse setor, mas o emprego continua sendo desigual entre elas e os homens. Com relação à mão de obra informal, a porcentagem de informalidade no trabalho agrícola é maior para as mulheres do que para os homens na maioria dos países considerados para esse relatório (OIT, 2018).

### **1.1.9 O impacto da COVID-19 nas cadeias de fornecimento no setor agrícola na América Latina e Caribe**

A pandemia trouxe para economia global uma crise sem precedentes e os países da ALC foram atingidos de forma excepcionalmente dura. Por um lado, COVID-19 exacerbou alguns dos desafios estruturais nas cadeias de fornecimento no setor agrícola e na subsistência rural (OIT, 2020). Ao mesmo tempo, a crise mostrou que as atividades agroalimentares são indispensáveis para nossas sociedades (FAO/CEPAL, 2020). O impacto nas empresas agroalimentares da região, em termos de cadeias de fornecimento interrompidas e necessidade de garantir a proteção dos trabalhadores, foi profundo. As perspectivas econômicas negativas globais e regionais levaram a quedas acentuadas nos preços da soja, da cana-de-açúcar e do café, todos os principais produtos do setor agrícola da região (FAO, 2021a). As commodities de alto valor que as economias da região normalmente exportam, como frutas e legumes, têm sido afetadas por uma queda na demanda, o que afeta a renda dos trabalhadores e a subsistência nos países produtores (OCDE/FAO, 2020). Entretanto, com base nas primeiras evidências em relação ao PIB, às exportações e ao emprego, os sistemas alimentares e as atividades agrícolas da América Latina e Caribe mostraram maior resiliência na pandemia do que outros setores (OCDE/FAO, 2020).

Mundialmente, as empresas são o motor da economia. De forma específica, as empresas agrícolas contribuem para o desenvolvimento sustentável através da criação de empregos, do desenvolvimento de habilidades e de tecnologia, do fornecimento de bens e serviços, da atualização nas cadeias de fornecimento e do aumento da segurança alimentar e nutricional. As empresas do agronegócio operam em um cenário de desafios crescentes: flutuações de preços de commodities, escassez de recursos, degradação do solo e da água, desmatamento, perda de biodiversidade e mudança climática. Simultaneamente, espera-se que as empresas e os agricultores do setor enfrentem o desafio de alimentar uma população mundial projetada para atingir 11 bilhões de pessoas até o final do século (OCDE/FAO, 2019b). As empresas agrícolas da região estão desenvolvendo soluções para enfrentar esses desafios, adaptando-se à mudança climática; respondendo às mudanças nos padrões de consumo, de dieta e problemas de saúde; e promovendo a conduta empresarial responsável e a devida diligência.

## **1.2 Conduta Empresarial Responsável e devida diligência**

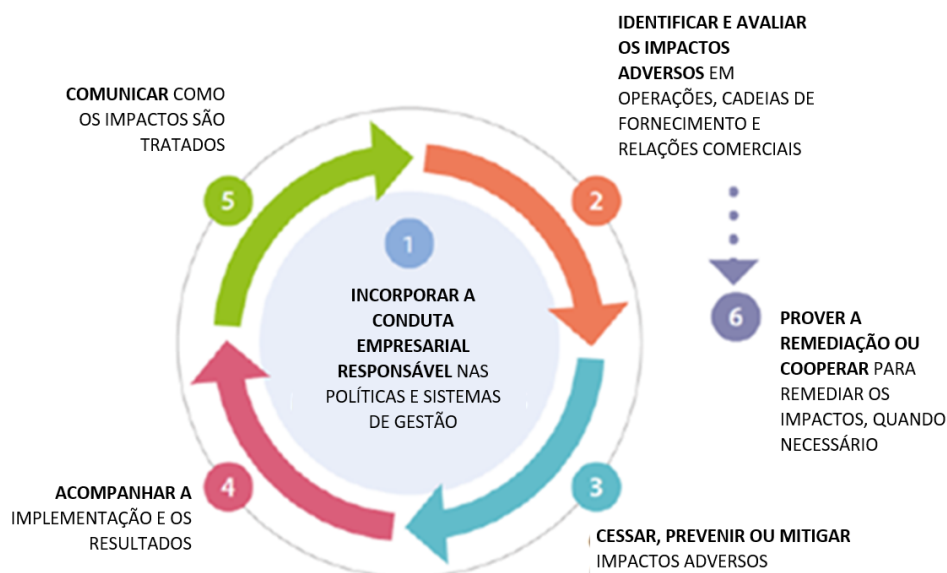
A CER estabelece a expectativa de que todas as empresas, independentemente de sua situação legal, tamanho, estrutura societária ou setor, identifiquem, evitem e tratem os impactos negativos de suas operações e cadeias de fornecimento, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento sustentável. As Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais (Diretrizes da OCDE) reconhecem que as empresas criam valor ao criar empregos e ao trazer experiência, tecnologia e capacidade de financiamento para aumentar a produção agrícola de forma sustentável e para melhorar as cadeias de fornecimento. Entretanto, também é reconhecido que as empresas têm a responsabilidade de conduzir a devida diligência para identificar e prevenir riscos que impactam as pessoas e o planeta. A OCDE desenvolveu padrões e ferramentas internacionais para a CER, incluindo 1) as Diretrizes da OCDE; 2) o Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola (Guia OCDE-FAO); e

3) o Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável (Guia de Devida Diligência).

As Diretrizes da OCDE são os padrões internacionais mais abrangentes sobre CER. As Diretrizes refletem o que os governos esperam das empresas em relação à atuação de forma responsável. Elas incluem a expectativa de que as empresas realizem a devida diligência e abordam todas as principais áreas da responsabilidade corporativa, incluindo direitos humanos, direitos trabalhistas, meio ambiente, suborno, interesses do consumidor, transparência de informações, ciência e tecnologia, concorrência e tributação. As Diretrizes foram adotadas em 1976 e atualizadas pela última vez em 2011. Nessa atualização, as Diretrizes incluíram um capítulo sobre direitos humanos a ser alinhado com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (POs da ONU). Até o momento, 50 países aderiram às Diretrizes e, assim, se comprometeram com sua implementação, incluindo os sete considerados para este relatório.

A atualização de 2011 continha uma expectativa de que as empresas incorporassem a devida diligência baseada em riscos em seus sistemas de tomada de decisão e gerenciamento de riscos. Uma vez estabelecidas, essas estruturas poderiam ajudar empresas de todos os tamanhos - micro, pequenas e médias empresas (PMEs) – a identificar, prevenir e mitigar impactos adversos reais e potenciais em suas operações e cadeias de fornecimento e, além disso, prestar contas de como esses impactos são tratados. O processo consiste em priorizar os impactos adversos causados ou contribuídos por empresas, assim como aqueles que estão diretamente ligados a suas operações, seus produtos ou serviços por meio de uma relação comercial (OCDE/FAO, 2016). As etapas necessárias a serem realizadas para conduzir a devida diligência estão descritas na Figura 1.1 (OCDE, 2018).

**Figura 1.1. Processo de devida diligência da OCDE e medidas de apoio**



Fonte: OCDE (2018), *OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct*

Algumas operações comerciais, produtos ou serviços são intrinsecamente arriscados porque são suscetíveis de causar, contribuir ou estar diretamente ligados a impactos contrários à CER. O termo “risco” no contexto da devida diligência da OCDE. Em outros contextos, as operações comerciais podem não ser intrinsecamente arriscadas, mas as circunstâncias (por exemplo, questões de estado de direito, falta de

aplicação de padrões, comportamento nas relações comerciais) podem resultar em impactos adversos. A devida diligência constrói uma melhor compreensão das cadeias de fornecimento e das relações comerciais da empresa, e esse maior conhecimento aumenta a resiliência dos negócios e a capacidade de tomar decisões responsáveis. Em alguns casos, o cancelamento de uma relação comercial pode ser adequado como último recurso após tentativas malsucedidas de prevenir ou de reduzir impactos graves. Ele inclui situações em que os impactos adversos são irremediáveis, em que não há uma perspectiva razoável de mudança ou quando são identificados impactos ou riscos adversos graves e a empresa causadora do impacto não toma medidas imediatas (OCDE/FAO, 2016; OCDE, 2018).

### Quadro 1.1. Compreender o risco de acordo com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais

Para muitas empresas, o termo “risco” significa principalmente riscos para a empresa: risco financeiro, risco de mercado, risco operacional, risco de reputação etc. As empresas estão preocupadas com sua posição no mercado em relação a suas concorrentes, sua imagem e sua existência a longo prazo, portanto, quando olham para os riscos, normalmente são riscos para si mesmas. No entanto, as Diretrizes se referem à probabilidade de impactos adversos sobre as pessoas, o meio ambiente e a sociedade que as empresas causam, contribuem ou com os quais estão diretamente ligadas. Em outras palavras, é uma abordagem de risco voltada para fora. Por um lado, as empresas podem identificar riscos sobre questões de CER procurando divergências entre o que é recomendado nas Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e, por outro lado, as circunstâncias associadas às suas operações, cadeias de fornecimento ou relações comerciais.

Fonte: OCDE (2018), *OECD Due Diligence Guidance for Responsible Business Conduct*

## 1.3 Padrões da OCDE sobre conduta empresarial responsável relevantes para o setor de agricultura

A OCDE desenvolveu uma guia setorial sobre devida diligência que ajuda as empresas a identificar e a abordar os riscos para as pessoas, o meio ambiente e a sociedade associados às operações comerciais, aos produtos ou aos serviços em setores específicos. O Guia OCDE-FAO apresenta uma estrutura de devida diligência para a aplicação de práticas comerciais responsáveis nas cadeias de fornecimento no setor agrícola. Ela foi desenvolvida por um processo que durou dois anos com diversas partes interessadas que incluiu governos de países membros e não membros da OCDE, empresas, sindicatos e representantes da sociedade civil, e foi adotada em 2016.

O Guia OCDE-FAO abrange uma ampla gama de questões e riscos enfrentados por empresas do agronegócio e investidores ao longo de toda a cadeia de fornecimento (Figura 1.2, Figura 1.3) (OCDE/FAO, 2016). Enquanto o Guia se concentra em todos os tipos de commodities agrícolas, como colheita e pecuária, a estrutura de devida diligência pode ser aplicada a todo o sistema alimentar. O Guia OCDE-FAO fornece uma abordagem sistemática para a implementação por parte das empresas da devida diligência baseada em riscos em suas operações e cadeias de fornecimento. Particularmente, também fornece exemplos de medidas de mitigação de riscos que as empresas podem tomar para prevenir e tratar cada um dos riscos listados (OCDE/FAO, 2019). O Guia também foi integrado em um instrumento legal da OCDE, a Recomendação do Conselho sobre o Guia OCDE-FAO,<sup>7</sup> por meio da qual os países aderentes se comprometem a promover o Guia com empresas que operam em seus territórios e a partir deles, especificamente por meio do sistema de Pontos de Contato Nacional para CER (PCN). Até hoje, 43 países aderiram ao Guia OCDE-FAO, incluindo Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica e México.

Figura 1.2. Estágios do abastecimento agrícola



Fonte: OCDE/FAO (2016), *OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains*

Figura 1.3. Riscos ao longo da cadeia de valor agrícola



Fonte: OCDE/FAO (2016), *OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains*

### Quadro 1.2. Casos específicos que fazem referência ao setor de agricultura na América Latina

Os PCNs fornecem uma plataforma para discussão e auxílio às partes interessadas que buscam uma solução para questões decorrentes de supostas não conformidades com as Diretrizes da OCDE. Os PCNs devem fazê-lo de forma imparcial, previsível, equitativa e compatível com os princípios e padrões dessas Diretrizes. Os PCNs se concentram na resolução de problemas, oferecem auxílio e facilitam o acesso a processos consensuais e métodos alternativos de resolução de controvérsias (por exemplo, conciliação ou mediação). As reclamações tratadas pelos PCNs, conhecidas como “casos específicos,” não são processos judiciais e os PCNs não são órgãos judiciais.

Entre 2002 e 2021, pessoas físicas, sindicatos e organizações não governamentais apresentaram onze casos específicos aos PCNs relacionados ao setor de agricultura na região da ALC (de um total de 108 casos específicos na América Latina). Os casos específicos estavam relacionadas ao meio ambiente, direitos humanos, emprego e relações laborais, políticas gerais e capítulos de transparência das Diretrizes.

Observação: Dados baseados no Banco de Dados da OCDE de Casos Específicos, acessado em 23 de fevereiro de 2021. Consulte o Anexo A para uma lista de todos os casos de PCN referentes ao setor de agricultura na América Latina registrados de julho de 2000 a novembro de 2020.

Em 2018, a OCDE desenvolveu o **Guia de Devida Diligência para Conduta Empresarial Responsável (Guia de Devida Diligência) (OCDE, 2018)**, o primeiro padrão com apoio governamental para devida diligência corporativa para a CER que abrange todos os setores da economia. O Guia de Devida Diligência aborda uma série de riscos em operações comerciais e cadeias de fornecimento, incluindo direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção. Este Guia fornece explicações em linguagem simples sobre as recomendações de devida diligência da OCDE, juntamente com explicações adicionais, dicas e exemplos ilustrativos de devida diligência que podem ser úteis para empresas, inclusive as do setor agrícola. O Guia OCDE-FAO continua sendo a principal fonte para as empresas que buscam implementar a devida diligência e promover cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola, pois fornece recomendações detalhadas sobre as medidas que as empresas podem tomar para mitigar a variedade de riscos encontrados no setor agrícola, bem como orientações para o envolvimento com os povos Indígenas neste sentido.

## 1.4 Adoção global da devida diligência da OCDE

Nos últimos anos, uma combinação de pressões regulatórias, políticas e mercadológicas tem impulsionado a adoção de práticas empresariais responsáveis nas cadeias de fornecimento no setor agrícola. O Guia OCDE-FAO recebeu o endosso de governos em todo o mundo, inclusive dos Ministros da Agricultura do G7 e do G20 (G7 Research Group, 2016; G20 Research Group, 2020). O apoio político ao Guia OCDE-FAO e ao Guia de Devida Diligência veio dos países que aderiram aos instrumentos legais que lhes servem de base. A implementação dos padrões de CER, como o Guia OCDE-FAO e o Guia de Devida Diligência, pode ajudar as empresas a operacionalizar os ODS e garantir que sejam priorizados os impactos mais significativos. A prevenção eficaz e a redução dos impactos adversos também ajudam uma empresa a maximizar as contribuições positivas para a sociedade, ajudam a melhorar as relações com as partes interessadas e a proteger sua reputação. Ao implementar a devida diligência baseada em riscos, as empresas podem gerenciar sistematicamente os riscos e demonstrar sua contribuição para os ODS de forma mensurável (OCDE/FAO, 2020). Um maior impacto positivo da devida diligência está ligado, por exemplo, à Meta 2.1 do ODS - Acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a alimentos seguros, nutritivos e suficientes, e à Meta 12.4 do ODS - Atingir uma gestão ambientalmente



correta dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo de seu ciclo de vida (OCDE, 2020). A devida diligência pode ajudar as empresas a gerar mais valor, inclusive ao: identificar oportunidades para redução de custos; melhorar a compreensão dos mercados e das fontes estratégicas de fornecimento; fortalecer a gestão dos riscos comerciais e operacionais específicos da empresa e, assim, desenvolver resiliência nas cadeias de fornecimento e operações comerciais; diminuir a probabilidade de incidentes; e diminuir a exposição a riscos sistêmicos.

A crise da COVID-19 atrapalhou drasticamente os negócios e expôs grandes vulnerabilidades na economia e nas cadeias de fornecimento globais. A CER pode servir aos governos e às empresas ao ajudar a moldar respostas à crise que, em última instância, criam benefícios a curto e a longo prazo. A devida diligência também pode ajudar a cumprir exigências legais relativas a questões de CER específicas, como direitos humanos, trabalhistas, ambientais, governança corporativa, leis criminais ou de combate ao suborno (OCDE, 2018). Na UE, por exemplo, a Comissão Europeia anunciou em maio de 2020 o desenvolvimento de uma legislação sobre direitos humanos obrigatórios e devida diligência ambiental para empresas para 2021 (CE, 2020).

# 2 Questões e desafios para uma conduta empresarial responsável

Este capítulo apresenta uma análise das principais tendências e desafios relatados para a CER no setor agrícola na América Latina e Caribe. Com base nos riscos cobertos pelo Guia OCDE-FAO, o capítulo abaixo analisa um conjunto de cinco questões-chave de CER na região: 1) Proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; 2) Direitos trabalhistas; 3) Direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais; 4) Governança; e 5) Segurança alimentar e nutrição.

## 2.1 Proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais

*Os negócios agroalimentares e a agricultura enfrentam um desafio em dobro: garantir a produção de alimentos e garantir a sustentabilidade ambiental.* Globalmente, a agricultura deve fornecer a produção de alimentos para uma população em expansão que representa o aumento do consumo de alimentos e, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente (OCDE, 2020). A produção agrícola inclui o uso da terra e da água, assim como uso de pesticidas, de fertilizantes, de pecuária e de energia. Em todo o mundo, as atividades agrícolas irrigadas abrangem quase 40% da área do planeta e 70% da água (OCDE/FAO, 2016). Além disso, o uso de fertilizantes e de pesticidas por agricultores e por empresas pode aumentar a produção, mas também pode contribuir para uma série de impactos adversos (ou seja, diminuição e contaminação do solo, água, ar, terras florestadas e biodiversidade) se as práticas agrícolas responsáveis não forem seguidas.

Com relação à mudança climática, as empresas agrícolas contribuem com até 22% das emissões de GEE em todo o mundo (por meio de operações de pecuária, mudanças no uso da terra e diversos insumos e estágios de processamento dos sistemas alimentares) (OCDE, 2020). Como o segundo maior contribuinte mundial para as emissões de GEE (OCDE/FAO, 2020), o setor de agricultura desempenha um papel crítico na resposta à crise climática. Relatórios revisados e entrevistas com partes interessadas para este estudo confirmam que as empresas, varejistas e investidores do setor exigem cada vez mais sistemas inovadores de produção e uma transição para uma agricultura sustentável. As empresas agrícolas têm a oportunidade de mitigar os impactos ambientais negativos e de contribuir positivamente para o meio ambiente, utilizando recursos naturais de forma sustentável, empregando boas práticas e tecnologias agrícolas, adaptando-se à mudança climática, diminuindo as emissões de GEE e protegendo os habitats de diferentes espécies vegetais e animais (OCDE, 2019).

*Na América Latina e Caribe, a sustentabilidade ambiental é o principal desafio para conduzir atividades agrícolas responsáveis.* As atividades e investimentos agrícolas na região têm o potencial de melhorar o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental. O agronegócio e as atividades agrícolas desempenham um papel central para garantir a conservação ambiental, por exemplo, ao aplicar estratégias de gestão sustentável e tecnologias e práticas agrícolas inovadoras. Há desafios específicos para as empresas na implementação da CER no domínio ambiental as áreas de 1) mudança climática, 2) mudança no uso da terra, perda e recuperação florestal e 3) uso de insumos agroquímicos;

### 2.1.1 Mudança climática

A mudança climática tem impactos adversos significativos sobre a produção agroalimentar na América Latina e Caribe. Uma vez que a agricultura na ALC depende consideravelmente das chuvas para as colheitas, a produção é vulnerável aos efeitos históricos e projetados das mudanças climáticas, como secas, variações nos padrões de precipitação e temperaturas mais altas (Banco Mundial, 2020). Entretanto, a extensão dos impactos varia entre as diferentes regiões, as commodities e as atividades agrícolas na América Latina e Caribe e a disponibilidade de dados sobre os impactos da mudança climática ainda é limitada. Por exemplo, certas variedades de cultivo e infraestruturas de irrigação, como para milho, são mais vulneráveis às variações climáticas e seus efeitos na produtividade do setor (OCDE/FAO, 2016). Por sua vez, isso pode afetar a subsistência e a segurança alimentar das comunidades que dependem da agricultura (Banco Mundial, 2020). O Quadro 2.1 apresenta um exemplo da possível influência da mudança climática sobre a segurança alimentar no México. Os impactos da mudança climática na disponibilidade hídrica provavelmente serão diversos, mas com repercussões em toda a região. As secas mais frequentes e o aumento das temperaturas médias podem agravar a escassez de água em países como o Chile e o México (OCDE/CEPAL, 2016; Projeto Realidade Climática, 2018). Isso cria preocupações quanto à água para a produção agrícola, que depende de irrigação, concorrendo com outros setores que consomem muita água e comunidades rurais que buscam acesso à água para seu próprio consumo doméstico. Na Colômbia, por exemplo, as empresas destacaram que a indústria canavieira é substancialmente afetada pelo aumento da seca e concorre com outras indústrias por recursos hídricos. No Chile, os estudos estimam que a chuva deverá diminuir entre 5% e 15% nas próximas décadas. Devido às variações climáticas, prevê-se que 10% do território se tornará mais árido (Rojas et al., 2019). Como declarado em entrevistas e relatórios, outras indústrias que dependem de atividades que consomem muita água, como a mineração, podem exacerbar ainda mais esses desafios nas regiões de produção agrícola. Por outro lado, as partes interessadas também destacaram que o aumento da precipitação média provavelmente aumentará a vulnerabilidade de algumas áreas às inundações, o que ameaça cultivos como o de frutas e legumes.

#### Quadro 2.1. Como a mudança climática pode afetar a segurança alimentar

A produção de milho abrange cerca de 10% da área total dedicada à agricultura no México e desempenha um papel importante para a economia desse país e para a segurança alimentar nacional. O milho é a base da dieta dos mexicanos e compõe mais de 8% do gasto alimentar total das famílias. Em 2018, o país produziu 27 milhões de toneladas de milho e 98% delas foram consumidas internamente, além das 17,5 milhões de toneladas que foram importadas no mesmo ano. Nas áreas rurais, em média, os produtos derivados do milho fornecem quase 70% de toda a ingestão calórica.

Entretanto, os efeitos da mudança climática podem afetar negativamente a produção de milho no país. Uma grande parte de seu território é árida e semiárida e, em muitas dessas áreas, o solo já é considerado seco demais para uso agrícola. O aumento das temperaturas médias, a variabilidade da precipitação e uma maior probabilidade de graves secas poderiam reduzir a produção de milho. Isso que poderia aumentar a dependência mexicana de importações e dos preços médios, e poderia criar riscos para a segurança alimentar de muitos lares desse país.

Fonte: (CIMA, 2020; FAO, 2018; Hellin, Keleman e Bellon, 2010; Bee, 2014; USDA, 2016).

As partes interessadas na América Latina e Caribe estão tomando medidas para se adaptarem e reduzirem os impactos da mudança climática. De acordo com as empresas e demais partes interessadas, as medidas de adaptação e de inovação serão fundamentais para manter os níveis de produção e garantir

a subsistência, atender às preocupações com a segurança alimentar, diminuir a pobreza rural e enfrentar a mudança climática. As medidas incluem a correção de práticas, de processos e da infraestrutura para responder às variações climáticas reais ou potenciais. Empresas e agricultores em vários países da ALC mudaram para uma abordagem mais ecológica nas cadeias de fornecimento a fim de enfrentar o desafio de aumentar a produção de alimentos e reduzir as emissões de GEE (OCDE/FAO, 2019). Entretanto, as partes interessadas entrevistadas para este estudo destacaram que os pequenos e médios agricultores nem sempre têm acesso à capacitação técnica necessária para identificar e priorizar as medidas de adaptação climática mais adequadas. Os obstáculos de acesso ao financiamento podem exacerbar ainda mais esses desafios. Pesquisas mais profundas sobre as condições na ALC são necessárias para verificar com maior grau de precisão as implicações sistêmicas da mudança climática e da variabilidade para a agricultura (OCDE/CEPAL, 2016). Tanto governos quanto empresas da região já tomaram medidas para promover práticas agrícolas sustentáveis e para adotar tecnologias para práticas agrícolas sustentáveis e resilientes. Empresas e start-ups na ALC desenvolveram práticas para reduzir a vulnerabilidade climática, como mais de 450 start-ups de tecnologia agrícola na região, que se concentram na inovação tecnológica para aumentar a produtividade, a sustentabilidade e a resiliência à mudança climática (BID, 2019). Enquanto as empresas estão desenvolvendo soluções inovadoras e técnicas, os governos estão desenvolvendo políticas para lidar com a redução e a adaptação às mudanças climáticas. Um exemplo de iniciativa governamental na região é o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) do Brasil, que foi iniciado em 2010 e inclui um fundo de US\$ 1,6 bilhão para incentivar agricultores a introduzirem práticas agrícolas inteligentes em relação ao clima. Outros exemplos de iniciativas empresariais são abordados no Capítulo 4 deste documento.

### **2.1.2 Mudança no uso da terra e perda e recuperação florestal**

*A expansão na área de produção agrícola pode levar a uma mudança na disponibilidade de terras. A produção do setor de agricultura utiliza quase 40% da área do planeta e o uso insustentável da terra tem impactos adversos sobre o meio ambiente e sobre as pessoas (OCDE/FAO, 2020). Na ALC, o crescimento da produção tem sido impulsionado principalmente por melhorias de produtividade, em vez de mudanças no uso da terra (OCDE/FAO, 2019). O crescimento na produtividade agrícola está ligado a investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento, além da criação de capital humano e social. Nas últimas duas décadas, a área de pastagem na região permaneceu praticamente estável em 570 milhões de hectares (Mha), enquanto as terras agrícolas aumentaram 1,2% ao ano para 188 Mha em 2018 (OCDE/FAO, 2019). A mudança no uso da terra foi impulsionada principalmente pela busca de novas fronteiras agrícolas para suprir a demanda local e global de alimentos e atender às necessidades diárias das pessoas. Entre 1997 e 2017, uma mudança na mentalidade dos produtores rurais e nas políticas dos governos locais criou uma situação única na América Latina e Caribe. Por um lado, a área de terra que foi preparada para soja nessa região aumentou em mais de 180% a partir de uma mistura de terra e conversão de cultivo, enquanto a área de terra para agricultura aumentou em 8%. O uso da terra para a agricultura (pastagens e cultivo) deve aumentar em 5 Mha (0,7%) na América Latina e Caribe nos próximos dez anos (OCDE/FAO, 2020), o que representa um crescimento menor do que nas décadas anteriores.*

*A conversão de terras para uso agrícola é supostamente uma das principais causas de perda florestal na região. Embora nas últimas décadas os produtores agrícolas da ALC tenham tentado expandir sua produção agrícola por meio da conversão de áreas de pastagens e áreas degradadas em terras de cultivo e da melhoria da produtividade para aumentar a produção e os lucros (Conab, 2017); a conversão de terras para uso agrícola é uma das principais causas diretas e indiretas de perda florestal (FAO, 2020a). A área de floresta, principalmente na região amazônica, tem diminuído significativamente nos últimos 30 anos. Simultaneamente, as taxas de desmatamento diminuíram nos últimos anos devido à introdução de políticas e ao estabelecimento de medidas pelo setor privado para preservar as florestas. Entretanto, as taxas anuais de desmatamento no local permanecem entre as mais altas do mundo (OCDE, 2018a). A área de terras florestadas diminuiu no Brasil em quase um milhão de hectares entre 2010 e 2015,*

enquanto Paraguai, Argentina e Bolívia perderam cerca de 300.000 hectares cada (OCDE/FAO, 2019). De acordo com os relatórios do Instituto Espacial Brasileiro, o desmatamento da floresta tropical amazônica aumentou em 2020 para seu nível mais alto desde 2008 (INPE, 2020<sup>[47]</sup>). Paralelamente, os desenvolvimentos positivos incluem a crescente determinação de florestas como áreas protegidas na região (FAO, 2021a).

*A perda florestal continua sendo uma das maiores pressões sobre a biodiversidade e os ecossistemas da América Latina e Caribe, com amplas repercussões para o planeta.* Embora a região tenha a área de terra arável mais rica do mundo, é também o lar de ecossistemas e biodiversidade únicos. É particularmente o caso das florestas no Brasil, na Colômbia e no Peru. Por exemplo, a região do Cerrado no Brasil e a região do Gran Chaco na Argentina representam 57% da floresta primária do planeta (FAO, 2020b). A conversão de terras em áreas para produção agrícola, principalmente carne bovina e soja, corre o risco de perder essas áreas florestais e ecossistemas, além de sua capacidade de absorver as emissões de GEE da atmosfera (Lovejoy e Nobre, 2018). Por exemplo, em algumas áreas, a expansão e a intensificação do cultivo da soja pode tornar a paisagem natural e o ecossistema menos heterogêneos (Gavier-Pizarro et al., 2012). Além disso, a mudança no uso da terra pode estar relacionada à restrição dos direitos de povos Indígenas e a outros conflitos sociais. A subsistência dos povos Indígenas depende dos recursos florestais e seu patrimônio cultural está intimamente relacionado a essas áreas (Venencia et al., 2012; *The Guardian*, 2019; Defensoría del Pueblo Lima, 2017; Chirif, 2019; Observatorio del Desarrollo, 2017). Além disso, a região enfrenta desafios relacionados à degradação do solo e da água: 20% do território em toda a ALC corre o risco de erosão do solo e há um alto risco de desertificação em países como o Chile, onde 62% do território está em perigo (OCDE/FAO, 2019). O setor agrícola é responsável por 70% do total das extrações de água, que dobraram na ALC nas últimas três décadas (FAO, 2020c).

*Empresas de agricultura comprometeram-se a acabar com o desmatamento em suas cadeias de fornecimento, mas as lacunas de implementação permanecem.* O setor empresarial estabeleceu compromissos sustentáveis para commodities, por exemplo, o objetivo voluntário e autorregulador de desmatamento nas cadeias de fornecimento na ALC (FAO, 2017a). Além disso, várias iniciativas públicas e industriais visam combater o desmatamento na ALC, conforme destacado no Capítulo 4 deste relatório. No entanto, as empresas agrícolas em muitos casos relatados não incluem questões relacionadas à floresta em suas avaliações de risco e não são totalmente transparentes em relação a seus locais de abastecimento e fornecedores (CDP, 2019). Em muitos casos relatados, as empresas que investem no setor de agricultura parecem sofrer de falta de ferramentas, de capacidade ou de compromisso para implementar os sistemas adequados de rastreabilidade e de certificação, assim como os mecanismos de controle para enfrentar os riscos de desmatamento (CIFOR, 2018).

### **2.1.3 Uso de agroquímicos**

*O uso de agroquímicos tem aumentado constantemente, tanto na região quanto mundialmente.* Os agroquímicos, como fertilizantes, pesticidas ou condicionadores de solo, são usados na agricultura para aumentar a produção e a produtividade agrícola. De acordo com a FAO, o uso de pesticidas aumentou 46% em todo o mundo entre 1996 e 2016 (OMS-FAO, 2019). Embora o nível de agroquímicos utilizado oscile entre os países da região, o uso geral deles na América Latina e Caribe tem crescido nas últimas duas décadas. Em toda essa região, o uso de pesticidas está acima de 60% entre 1997 e 2017 em alguns problemas e o uso de fertilizantes aumentou mais de 30% entre 2007 e 2017. Nos 20 anos anteriores, alguns países da ALC estiveram entre alguns dos maiores consumidores de agroquímicos em termos totais no mundo (FAO, 2021b). Na maioria dos países da ALC, a intensidade do uso de fertilizantes e pesticidas por área de cultivo aumentou, mas os níveis permanecem inferiores à média da OCDE de modo geral (OCDE, 2018).

*O uso de agroquímicos contribui para o aumento da produtividade e da produção de alimentos.* O uso de fertilizantes tem tido benefícios consideráveis para o aumento de cultivo em todo o mundo. Na América



Latina, o uso de agroquímicos e a melhoria das práticas agrícolas tiveram um papel importante na produtividade de cultivo nas últimas duas décadas. Nessa região, o crescimento da produção agrícola tem sido impulsionado por um aumento da produtividade multifatorial agrícola a uma taxa de 2,1% ao ano no período de 1991 a 2015 (OCDE/FAO, 2019). Entre 2007 e 2016, o Brasil teve o maior crescimento de produtividade (2,8%) na região e é um dos maiores do mundo, subindo de importador líquido de alimentos nos anos 1960 para um dos maiores exportadores de alimentos da atualidade (*Financial Times*, 2020; OCDE, 2020c).

*O uso inadequado de agroquímicos apresenta riscos como a contaminação da água, do solo e do ar.* A aplicação inadequada de pesticidas, fertilizantes, aplicações de nutrientes e operações pecuárias representam um sério risco para a saúde humana, bem como para a poluição da água e do solo (OCDE, 2018; FAO/PNUMA, 2021; FAO, 2018b). As entrevistas com as partes interessadas para este estudo destacaram práticas no setor agrícola que têm efeitos potencialmente adversos. O uso inseguro e excessivo de agroquímicos, sem o devido monitoramento ou tecnologia, tem criado preocupações em relação à poluição do solo, do ar e dos recursos hídricos (OCDE, 2019b). De forma específica, o uso de pesticidas pode afetar a biodiversidade dos ecossistemas locais, limitar a disponibilidade de água potável para as comunidades locais e aumentar a probabilidade de erosão do solo (Rekow, 2019; Anguiano e Ferrari, 2019). Diversas partes interessadas têm manifestado preocupação com a aplicação de agroquímicos por meio de pulverização aérea, o que, segundo informações, aumenta os riscos de contaminação pelo vento (Rekow, 2019). Em alguns casos relatados, os impactos do uso indevido de pesticidas sem proteção adequada, infraestrutura e tecnologia têm impactos adversos sobre os trabalhadores, o que se descreve na seção sobre saúde e segurança abaixo.

*As empresas e as demais partes interessadas estão trabalhando em técnicas para utilizar agroquímicos de forma sustentável.* A indústria e os governos estão desenvolvendo novos sistemas de gestão e técnicas agrícolas para reduzir o uso de agroquímicos ou para mudar para produtos de origem biológica, como a fertilização com nitrogênio biológico com menor impacto, mantendo, simultaneamente, altos níveis de produtividade. Entretanto, as partes interessadas relataram que as fontes de dados sobre o uso de agroquímicos e a gestão de qualidade da água, do solo e do ar são limitadas, o que cria desafios para a prevenção da poluição. As partes comercialmente interessadas entrevistadas para este estudo relataram uma implementação insuficiente dos sistemas de gestão ambiental, o que atribuem à falta de acesso dos agricultores à assistência técnica e à falta de capacitação para apoiar a determinação de medidas eficazes de proteção ambiental. Uma iniciativa para melhorar a gestão de agroquímicos é a publicação em 2010 do Guia de Melhores Práticas Agrícolas para o Cultivo do Abacaxi na Costa Rica; o guia inclui recomendações para monitorar e controlar os níveis de resíduos de agroquímicos na água (MAP, 2019). Outras iniciativas destinadas a abordar essas questões são consideradas no capítulo seguinte sobre os esforços comerciais que promovem cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola.

## 2.2 Direitos trabalhistas

*O setor de agricultura contribui substancialmente para o trabalho e o emprego na ALC.* A agricultura é uma das fontes de emprego mais importantes; ela representa um em cada três de todos os trabalhadores em todo o mundo. Na região, 14,1% deles estavam empregados no setor de agricultura em 2018. Dentre os sete países pesquisados para este relatório, o Peru tem a maior proporção de força de trabalho na agricultura, o que equivale a mais de 25% (OCDE/FAO, 2019). As empresas agrícolas podem ajudar a criar oportunidades de emprego, melhorar os padrões de vida e reduzir a pobreza. Entretanto, pode ser um desafio respeitar e promover os direitos trabalhistas nas cadeias de fornecimento no setor agrícola e na agricultura. Os desafios da CER no setor agrícola da região são principalmente relacionados 1) à informalidade trabalhista, 2) ao trabalho infantil, a trabalhadores migrantes e a povos Indígenas, 3) a questões de gênero e 4) à segurança e saúde ocupacionais.

### **2.2.1 Informalidade trabalhista**

*A informalidade no mercado de trabalho é especificamente alta no setor agrícola da América Latina e Caribe.* Em 2018, a taxa total de emprego informal em todos os setores da região era de 53,1% de acordo com a OIT. No setor de agricultura, estima-se que essa informalidade seja de 79,2% na região da ALC e 82,3% na América do Sul (OIT, 2018a). Em âmbito nacional, há diferentes relatórios sobre o tamanho da economia agrícola informal. Na Colômbia, os sindicatos estimam que o percentual de informalidade no setor agrícola varia entre 85% e 90% (FNC, 2019; TUDCN-RSCD, 2018); isso é significativamente maior do que a taxa estimada de informalidade da força de trabalho total do país (62%) (Conselho LO/FTF, 2018). No Peru, o setor agrícola tem a maior proporção de trabalhadores informais do país, estimada em mais de 95% (*Camara de Comercio de Lima*, 2018; Banco Mundial, 2017a). Em muitos casos, o trabalho informal ocorre principalmente devido à irregularidade e à concentração do trabalho agrícola durante uma determinada estação, bem como ao grande número de pequenas e médias empresas, que enfrentam dificuldades para cobrir o custo da formalidade (OIT, 2020a).

*A informalidade no setor agrícola expõe os trabalhadores a más condições de trabalho e a diversas violações dos direitos trabalhistas na América Latina e Caribe.* Altos níveis de informalidade e tipos de emprego não padronizados, como subcontratação, estão supostamente expondo os trabalhadores a acordos contratuais precários e estão aumentando sua vulnerabilidade às violações dos direitos trabalhistas devido à falta de proteção jurídica, o que pode resultar em rendas mais baixas e instáveis, além da exposição a condições de trabalho inadequadas e inseguras. O uso disseminado de subcontratados aumenta esses desafios na ALC (SOMO & ENS, 2016). Nos subsetores de mão de obra intensiva, como as indústrias de café, de frutas e legumes e de flores, os acordos verbais são comuns. Em partes, como resultado dos altos índices de informalidade, muitos trabalhadores agrícolas enfrentam barreiras para negociar coletivamente acordos contratuais formais e melhores condições de trabalho. Isso aumenta sua precariedade, pois o acordo coletivo é um dos princípios e direitos fundamentais no trabalho e um meio pelo qual os trabalhadores conseguem garantir o cumprimento dos acordos contratuais, o pagamento do salário mínimo e a aplicação dos padrões de saúde e segurança. Em algumas regiões da América Latina e Caribe, a capacidade de sindicalização dos trabalhadores é limitada em empresas onde a subcontratação é generalizada, assim como em indústrias com uma alta proporção de trabalhadores migrantes, pois a mobilidade dos trabalhadores pode restringir sua capacidade de fazer acordos coletivos (FNC, 2016).

*As empresas agrícolas na ALC podem promover normas trabalhistas e ajudar a melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores informais.* De acordo com relatórios e entrevistas para esta publicação, compradores, distribuidores e exportadores nacionais que adquirem produtos agroalimentares de pequenos agricultores estão mais ligados à mão de obra informal (OIT, 2020a). O risco de violação dos direitos trabalhistas é maior nas cadeias de fornecimento informais com várias etapas de subcontratação. O trabalho ilegal e informal em plantações e fazendas de pequenos produtores relacionadas a cadeias mundiais de fornecimento agroalimentar muitas vezes exclui os trabalhadores da proteção social. Em alguns casos na ALC, as empresas relataram falta de capacidade para tratar de questões trabalhistas em operações comerciais e com contratantes. Esse desafio é relacionado tanto às empresas produtoras quanto às compradoras que têm consciência limitada das violações dos direitos trabalhistas ao longo da cadeia de fornecimento agrícola (OIT et al., 2019).

### **2.2.2 Trabalho infantil, trabalhadores migrantes e povos Indígenas**

*O setor agrícola é responsável pela maior parte do trabalho infantil no mundo e na região.* Globalmente, 70,9% de todos os trabalhadores infantis estão no setor agrícola (OIT, 2017a). Na ALC, 5,7 milhões de crianças trabalham antes da idade mínima, a maioria na agricultura. O trabalho infantil ocorre quando menores de 18 anos estão envolvidos em atividades econômicas que prejudicam sua segurança, saúde e bem-estar e/ou impedem seu desenvolvimento pessoal (OIT, 2020b). Isso é diferente do trabalho

familiar, em que uma criança contribui para atividades que não são perigosas e são apropriadas para sua idade; esse tipo de trabalho pode ajudar a família no acesso a oportunidades de renda e segurança alimentar; além de promover a transferência de habilidades entre gerações (OIT, 2011a). As fazendas de pequena escala representam uma grande proporção do número de fazendas em toda a região, embora elas englobem uma pequena proporção de terras agrícolas em comparação com as fazendas de grande escala. Os pequenos produtores dependem em grande parte da força de trabalho dos familiares, que muitas vezes é uma mão de obra não remunerada. Podem surgir riscos nos casos em que crianças trabalham com familiares em condições prejudiciais ao seu desenvolvimento. O principal desafio na identificação de casos de trabalho infantil é que os casos são amplamente subnotificados. As partes interessadas entrevistadas para este estudo comentaram que o trabalho infantil é uma questão predominante entre os trabalhadores migrantes, pois as crianças geralmente trabalham com seus pais. No setor de café da Colômbia, é comum que os filhos de trabalhadores migrantes não possam frequentar a escola. Pais que não podem pagar para cuidar de seus filhos ou que tenham acesso limitado a essa saída, não têm outra opção senão a de trazer seus filhos para o trabalho. O risco de trabalho infantil também é maior entre os povos indígenas. Foi relatada uma alta proporção de crianças envolvidas em trabalho infantil na indústria de cana-de-açúcar da Colômbia, por exemplo, são adolescentes indígenas do sexo masculino (OIT, 2017b). Em algumas regiões e cadeias de fornecimento, crianças estão envolvidas na produção de mercadorias agroalimentares para exportação, tanto em atividades a jusante quanto a montante. Em empresas agrícolas da América Latina e Caribe, as crianças trabalham principalmente nas indústrias a montante, em atividades de Nível 1, atuando como fornecedores para a indústria alimentícia e na produção e consumo domésticos, principalmente na agricultura de subsistência familiar (OIT et al., 2019). Entretanto, tanto as empresas quanto os governos da região uniram forças para erradicar o trabalho forçado e o trabalho infantil. Um exemplo é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, uma iniciativa de diversas partes interessadas (OCDE, 2019b).

*Há relatos de que os trabalhadores migrantes e os povos indígenas são expostos a condições precárias de trabalho.* Os trabalhadores migrantes são cruciais para o setor agrícola na América Latina e Caribe. Um exemplo são os trabalhadores que viajam para o norte do México para a colheita de frutas e legumes. O trabalho migrante muitas vezes enfrenta desafios específicos no negócio agrícola, por exemplo, condições precárias em termos de salários, proteção social, moradia e padrões de saúde e segurança. Em muitos casos, os trabalhadores migrantes são contratados por contratantes que estão acostumados a obter mão de obra adicional durante os períodos de pico, como a época da colheita; eles não têm uma relação de emprego direta com a pessoa ou empresa que os emprega, isentando os empregadores de obrigações legais. Na Costa Rica, por exemplo, a produção de frutas, principalmente nas regiões do norte do país, depende de trabalhadores migrantes da Nicarágua para atividades de mão de obra intensiva, como a da colheita. Constantemente, os trabalhadores da indústria frutícola recebem salários baixos, em linha com os salários mínimos, mas, muitas vezes, abaixo do mínimo (Campos et al., 2018; OIT, 2011b). Essa questão foi destacada pelas partes interessadas consultadas como parte deste projeto; eles também mencionaram a demanda de que as frutas tropicais continuem acessíveis nos mercados consumidores - como os países europeus - como um dos desafios associados à remuneração dos trabalhadores em fazendas de frutas na Costa Rica. As barreiras linguísticas, incluindo o analfabetismo, contribuem para a vulnerabilidade dos trabalhadores e podem colocar obstáculos ao acesso a informações relevantes sobre seus direitos trabalhistas e à negociação de melhores acordos de emprego e melhores condições de trabalho. No caso do México, por exemplo, muitos dos trabalhadores migrantes são de origem indígena e falam pouco ou nada de espanhol. Essas condições exacerbam sua exposição a práticas inadequadas de recrutamento ou contratuais. As barreiras linguísticas também representam um desafio para saber se e como as denúncias são reportadas à alta administração dentro das fazendas ou às autoridades governamentais (OIT, 2018b; Reuters, 2017; Polaris, 2020). De acordo com as partes interessadas, um obstáculo comum enfrentado pelos trabalhadores migrantes em toda a região está relacionado à moradia e às condições de vida, Isso se tornou conhecido em meio aos impactos da pandemia de COVID-19. Há relatos de que, muitas vezes, os trabalhadores agrícolas ficam em instalações habitacionais inadequadas

e superlotadas, sem ventilação suficiente, instalações sanitárias ou água potável para consumo, o que aumenta a propagação de doenças. Há relatos de que os povos indígenas têm sido particularmente expostos a condições de trabalho precárias na agricultura, pioradas por seus desafios sistêmicos e pela violação de seus direitos na região (OCDE, 2019b; OIT, 2020c).

### **2.2.3 Questões de gênero**

*A discriminação de gênero é frequentemente relatada como uma questão generalizada no setor.* Na região, a força de trabalho formal na produção agrícola é predominantemente masculina: consideravelmente mais homens (81%) trabalham formalmente no setor do que mulheres. No entanto, agricultura é o setor mais importante para o emprego de mulheres em muitos países da América Latina e Caribe (OIT, 2019). A discriminação de gênero é um desafio para muitas empresas que operam em toda a região e as mulheres que trabalham no setor agrícola geralmente enfrentam taxas mais altas de informalidade e salários mais baixos em comparação com os de homens (Banco Mundial, 2019; Corporación Cactus, 2016; Banco Mundial, 2012). Em parte, isso é resultado da oferta limitada de oportunidades de educação e treinamento para meninas, resultando em menos oportunidades de mão de obra qualificada na vida adulta. Como resultado, é mais provável que as mulheres realizem atividades menos valorizadas (OCDE, 2019b). (Uma exceção é a indústria de flores da Colômbia.) As partes interessadas destacaram que o número limitado de oportunidades de emprego disponíveis para as mulheres pode aumentar a pressão para aceitar contratos precários. De acordo com relatórios, sob condições contratuais mais incertas, o risco de violência de gênero no local de trabalho pode ser muito maior (SOMO & ENS, 2016; Miller, 2017; OIT, 2018b; Reuters, 2017). Além disso, relatórios e entrevistas confirmaram a desigualdade salarial de gênero existente no setor de agricultura da ALC (OCDE, 2019b).

*As empresas agrícolas da região estão enfrentando cada vez mais a discriminação por gênero.* Diversas empresas destacaram que começaram a trabalhar em programas de capacitação personalizados para mulheres agricultoras e trabalhadoras, por exemplo, na participação na tomada de decisões e no acesso ao financiamento. Em relatórios e entrevistas, a vulnerabilidade das trabalhadoras ao assédio e à violência ou discriminação por gênero nos negócios agrícolas foi levantada como uma preocupação-chave em diversas cadeias de fornecimento de commodities, principalmente na indústria de flores na Colômbia e na indústria de frutas e legumes no México. Além disso, o acesso limitado a informações pode aumentar o risco de violência de gênero, pois as trabalhadoras podem não ter o conhecimento adequado sobre seus direitos trabalhistas nem acesso aos sistemas de proteção.

### **2.2.4 Saúde e Segurança Ocupacionais**

*O trabalho agrícola, junto com a construção e a mineração, é uma das atividades mais perigosas para saúde e segurança ocupacionais.* O setor envolve o trabalho físico em diferentes ambientes, sob condições climáticas potencialmente desafiadoras e com diferentes materiais, animais, plantas e máquinas pesadas ou perigosas. Os inúmeros riscos podem incluir exposição a temperaturas extremas e contato com produtos químicos perigosos ou nocivos. Na ALC, a agricultura é o setor econômico com o segundo maior número de acidentes fatais, com 10,7 mortes a cada 100.000 trabalhadores (OIT, 2020d).

*Em alguns países da região, há pouca adesão aos padrões de saúde e segurança dos trabalhadores no setor do agronegócio.* Isso é especialmente verdadeiro em relação à produção de frutas, legumes e café, bem como em relação à produção não mecanizada de cana-de-açúcar e em fábricas de processamento de carne. Esta questão afeta tanto os trabalhadores quanto os agricultores (OIT, 2017c; SOMO & ENS, 2016; Rede de Ação de Pesticidas - Reino Unido, 2016; Cipa, 2019; DIEESE, 2016; Metropoles, 2018; Wilson Center, 2019). Por exemplo, sindicatos e as OSCs relataram que os trabalhadores do agronegócio sofrem acidentes e doenças ocupacionais devido à exposição prolongada a condições climáticas extremas; ao uso indevido, imprudente e extensivo de agroquímicos; a posturas de trabalho difíceis; a longas horas; a estresse psicológico; e ao uso de ferramentas e máquinas perigosas. Além disso, segundo

as partes interessadas, o uso errado de agroquímicos pode estar associado a acidentes e doenças ocupacionais. Na Argentina e no Brasil, a sociedade civil relatou casos de uso imprudente de pulverização aérea, o que aumentou os riscos à saúde e segurança não apenas entre os trabalhadores, mas também para as comunidades locais devido aos agroquímicos carregados pelo vento para regiões adjacentes (Human Rights Watch, 2018; Rede de Ação de Pesticidas – Reino Unido, 2016). Segundo a Organização Mundial da Saúde, a saúde e segurança dos consumidores podem ser afetadas pelo uso excessivo de agroquímicos, decorrente do manuseio indevido dos produtos, uma vez que seus resíduos nos alimentos podem ter efeitos agudos e crônicos sobre a saúde (OMS, 2018).

*As empresas do setor agrícola na América Latina e Caribe podem fortalecer a adesão aos padrões de segurança e saúde ocupacionais.* Há relatos de que, particularmente, os pequenos agricultores e trabalhadores têm dificuldade de acesso a equipamentos de proteção individual (EPI) e carecem de treinamento adequado sobre o manuseio seguro de materiais perigosos. Os relatórios têm destacado a gestão inadequada da segurança e saúde ocupacionais por empresas e agricultores (OCDE, 2019b). As empresas que produzem e processam produtos agrícolas entrevistadas para este estudo relataram que a promoção da saúde e segurança ocupacionais, os investimentos em treinamento sobre EPIs e outros projetos de consultoria são ações prioritárias (Bayer, 2018).

### 2.3 Direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais

*A posse da terra é um motivo comum de reclamações e controvérsias envolvendo atividades agrícolas na ALC.* A posse da terra, que define e proporciona segurança sobre o uso de recursos naturais, é crucial para a subsistência e segurança alimentar de bilhões de pessoas (OCDE, 2019b). A sobreposição de reivindicações de terras pode criar disputas sobre os direitos de posse da terra e o acesso a outros recursos naturais, como a água. A aquisição de terras e as condições para os direitos de uso da terra podem afetar tanto as comunidades locais quanto as atividades e os investimentos do agronegócio. As reclamações e reivindicações de direitos de posse da terra se devem principalmente à aquisição de terras (22%), compensação (33%) e reassentamento (32%), conforme relatado em projetos do Grupo Banco Mundial (CAO, 2013). Na região, as atividades comerciais e os investimentos agrícolas estão particularmente relacionados aos direitos de posse da terra. Em alguns dos sete países analisados para este relatório, como México e Peru, os povos Indígenas constituem uma proporção significativa da população, que depende fortemente da terra e da natureza para sua subsistência (OCDE, 2019b).

*A posse informal, insegura e indefinida da terra está afetando de forma desproporcional os povos Indígenas.* A informalidade na posse da terra na região pode ser uma grande barreira para a garantia do acesso aos direitos de posse da terra; agricultores que não detêm a propriedade legal da terra podem ser impedidos de obter benefícios oferecidos pelo governo. Tais benefícios podem incluir pagamentos por serviços ecossistêmicos ou serviços financeiros, como crédito e seguro agrícola. Questões relacionadas à propriedade da terra, registro formal e posse da terra representam desafios para a redução da pobreza rural e a realização dos objetivos de proteção ambiental, como a limitação do desmatamento e a redução das emissões de GEE (OCDE, 2019b). Como destacado em relatórios, Brasil, Colômbia e Peru apresentam altos níveis de informalidade sobre a propriedade da terra e é comum a existência de múltiplos títulos ou reivindicações sobre a mesma propriedade (IBGE, 2019; INEI, 2015; DANE, 2014). A falta de acesso ao registro de propriedade de terras pode afetar as mulheres que vivem em zonas rurais de forma desproporcional e restringir seu acesso a insumos produtivos e oportunidades econômicas (Banco Mundial, 2012<sup>[85]</sup>). As entrevistas com as partes interessadas para este relatório revelaram que os povos indígenas, as mulheres e os afrodescendentes são especialmente vulneráveis às questões relacionadas à posse da terra e ao acesso aos recursos naturais. OSCs têm apresentado preocupações de que a aquisição ilegal de terras tenha ligação com tensões entre os povos Indígenas e os produtores e com a perda de terras dos povos indígenas no Peru (Defensoría del Pueblo Lima, 2017), na Argentina (Conselho de Direitos Humanos, 2019; IWGIA, 2011; *The Guardian*, 2018) e na Colômbia (USAID, 2017). As partes



interessadas também destacaram a alta desigualdade no acesso à terra no Brasil. Embora os povos indígenas exijam o respeito por seus direitos de deter, utilizar e controlar as terras e os recursos, a falta de reconhecimento e conscientização do setor público e privado dos territórios e terras tradicionais afeta o acesso dos povos indígenas à terra e causa vulnerabilidade (OCDE, 2019b; Banco Mundial, 2017b). As questões de posse da terra surgem e afetam os negócios no setor quando se conectam às cadeias de fornecimento nacionais, bem como quando novos investidores agrícolas de projetos incipientes (*greenfield*) chegam e adquirem terras. A posse insegura da terra tem sido relatada como sendo mutuamente prejudicial tanto para as empresas quanto para as comunidades locais. A violência relacionada à terra e as questões sobre a posse da terra e os direitos dos povos indígenas são destacadas de modo específico em relação à aquisição informal e ilegal de terras na ALC (OCDE, 2019c). Há relatos de que, em alguns casos, as empresas agrícolas e os investidores não têm dado atenção adequada aos processos de consulta e consentimento na aquisição de terras na região (Oxfam, 2016).

*O conflito agrava a insegurança sobre a posse da terra para a agricultura.* De acordo com entrevistas de partes interessadas, a insegurança sobre a posse da terra na agricultura é mais grave em áreas afetadas por conflitos e violência. Esses desafios são particularmente preocupantes em áreas onde há um alto risco de que as comunidades locais percebam a aquisição de terras como ilegítima e onde há alegações de corrupção e apreensão estatal em relação à venda de terras (Nações Unidas, 2016). A prevalência da violência rural cometida por criminosos contra as comunidades locais e povos indígenas pode ter um impacto negativo nos investimentos em culturas perenes e capital produtivo, pois os produtores podem temer perder investimentos de longo prazo (Arias, Ibáñez e Zambrano, 2014). Como declarado por uma empresa entrevistada, casos de violência, conflitos armados e saques observados na Colômbia e no México, por exemplo, podem afetar a qualidade dos bens públicos e privados e aumentar o risco de violações dos direitos humanos. Na Colômbia, as empresas destacaram desafios como a violência rural e a posse insegura da terra, o que resultou em altos níveis de propriedade informal da terra. Os pequenos agricultores e povos indígenas foram diretamente afetados por isso, de acordo com as partes interessadas, em muitos casos, as empresas que se abastecem de pequenos agricultores informais não tomaram medidas significativas para prevenir e mitigar questões relacionadas a conflitos e à posse da terra. Segundo a Agência Nacional de Terras da Colômbia, 48% das propriedades rurais do cadastro nacional não possuem titularidade registrada e, no todo, quase 2 milhões de propriedades rurais não possuem registros legais (USAID, 2017; Agencia Nacional de Tierras, 2018; Bischler e Parra-Peña, 2015). A Agência Nacional de Terras do país reconhece que a falta de informações precisas sobre a propriedade da terra, a falta de clareza jurídica sobre a titularidade das propriedades rurais e as desigualdades existentes relacionadas ao acesso à terra são desafios significativos que ainda precisam ser enfrentados na zona rural da Colômbia. Além disso, a insegurança sobre a posse da terra pode forçar os pequenos agricultores e as empresas a investirem menos em produtos perenes, como café ou gado e, em vez disso, optarem por culturas sazonais, que são menos arriscadas, mas também menos lucrativas, bem como por culturas ilícitas, como a coca (Muñoz-Mora, 2018).

## 2.4 Governança

*Os riscos relacionados à governança são uma questão delicada, mas crucial para as empresas que operam no setor de agricultura.* Governança refere-se às práticas relacionadas a suborno, combate à concorrência, corrupção e fraude.<sup>8</sup> As principais questões de governança incluem, por exemplo, acesso à terra, fornecimento de subsídios ou crédito, e o preço dos insumos agrícolas. Na ALC, escândalos como a Operação Lava Jato e os *Panama Papers* elevaram o nível de atenção dada às questões de corrupção na região nos últimos anos. A governança corporativa e a integridade pública são questões críticas para garantir a CER e o investimento no setor agrícola.

*Corrupção e suborno são relatados como um alto risco para a conduta empresarial agrícola na ALC.* No setor do agronegócio, os desafios associados à governança da terra podem ser agravados pela corrupção

e pela falta de transparência. A governança da terra envolve regras, processos e estruturas através das quais são tomadas decisões sobre o uso e o controle da terra. Há alegações de que empresas do setor estão associadas a graves alegações de corrupção e suborno na aquisição de terras, por exemplo, para obter direitos de preferência ou para agilizar os processos de aprovação (ICAR/Global Witness, 2016). Além disso, a corrupção no processo de vigilância sanitária pode representar riscos para a segurança dos consumidores, uma vez que os protocolos podem não ser seguidos adequadamente. Isso pode comprometer os acordos comerciais, pois os países importadores podem recorrer a outros países se acreditarem que as parcerias comerciais existentes não são confiáveis ou são corruptas (Oxford Analytica, 2017).

*As questões de integridade e governança são essenciais para governos e empresas.* Nos últimos anos, os setores público e privado desenvolveram abordagens para lidar com questões de governança e promover a transparência na região, por exemplo, revisando e fortalecendo sistemas de controle e vigilância baseados em risco, aprovando novas leis anticorrupção e desenvolvendo parcerias internacionais. Na parte comercial, as empresas implementaram políticas internas, aderiram a iniciativas do setor como o Pacto Global da ONU e assinaram pactos internacionais sobre a integridade.

## 2.5 Segurança alimentar e nutrição

*A desnutrição e a dieta inadequada representam desafios para melhorar a saúde na ALC.* Embora a disponibilidade de alimentos tenha aumentado significativamente na região nas últimas décadas, as empresas de alimentos e de agricultura demonstram que há chances de melhorias para tratar de questões nutricionais e, de fato, de falta de transparência pública sobre nutrição (WBA, 2020). Além disso, os padrões nutricionais mudaram na América Latina e Caribe. O consumo excessivo de gordura e açúcar tem aumentado causando riscos de má nutrição, como excesso de peso, obesidade e doenças decorrentes da dieta. A obesidade já afeta 24% da população da região, quase o dobro da média mundial. A proporção de pessoas com esse quadro triplicou desde 1975 e, segundo estimativas, 600.000 pessoas morrem na ALC a cada ano devido a doenças relacionadas à dieta, como hipertensão, doenças cardiovasculares e diabetes (FAO/OPS/PAM/UNICEF, 2019).

*Os negócios agrícolas e a agricultura são fundamentais para garantir a segurança alimentar e nutrição.*<sup>9</sup> Segurança alimentar e nutrição adequada são parte do direito de ter acesso a alimentos e de estar livre da fome, conforme destacado no Guia OCDE-FAO e no ODS 2 sobre fome zero. A agricultura e a produção de alimentos desempenham um papel substancial na garantia da quantidade e da qualidade dos alimentos para uma população global em crescimento. De acordo com o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA) (2019), a população global deverá atingir 9,7 bilhões até 2050, um aumento de 2 bilhões de pessoas a partir de 2019. Para atender a esse rápido crescimento, a produção global de alimentos precisará aumentar cerca de 60% em relação aos níveis atuais. Inevitavelmente, o aumento da produção de alimentos terá impactos substanciais sobre as sociedades, incluindo o trabalho, a segurança alimentar e os direitos humanos, mas também sobre o meio ambiente, incluindo a disponibilidade de recursos naturais, de terra e de água. Os países da ALC têm feito enormes progressos na erradicação da fome extrema; o setor agrícola contribuiu para aumentar a segurança alimentar e para a redução da proporção de pessoas subnutridas em 60% entre 1990 e 2014 (FAO, 2021a). A prevalência de desnutrição diminuiu para menos de 7% na região; no entanto, ela vem crescendo lentamente novamente desde 2015 e, portanto, haverá a necessidade de ver qual o papel as empresas e os formuladores de políticas podem desempenhar para lidar com essa tendência (FAO, 2019).

*Os pequenos agricultores continuam enfrentando desafios para aumentar a produtividade de alimentos na ALC.* A pobreza rural e a insegurança alimentar persistem em toda a região, particularmente entre os pequenos agricultores (OIT, 2020a). Um desafio recorrente para a segurança alimentar e nutrição levantado pelas partes interessadas foi o alto custo de insumos combinado com os baixos preços das

commodities. Isso diminui a rentabilidade da produção para os agricultores e limita o acesso a equipamentos agrícolas para melhorar a produtividade, o que, por sua vez, pode levar à pobreza e à falta de acesso a alimentos. A baixa rentabilidade e produtividade das pequenas fazendas pode ser agravada pela falta de acesso aos mercados e sua dependência de intermediários, bem como pela falta de acesso direto a compradores, informações sobre preços, armazenamento, serviços financeiros, assistência técnica e crédito. Segundo as partes interessadas, a ausência de agências bancárias físicas nas áreas rurais, altas taxas de juros e altos níveis de informalidade sobre a propriedade da terra são os principais fatos que impedem os agricultores de ter acesso ao crédito. Esse acesso inadequado limita a capacidade dos agricultores de investir em tecnologia e equipamentos para aumentar a produtividade.

*A produção pecuária está aumentando na região com consequências mistas para a segurança alimentar e nutrição.* A expansão do setor pecuário na América Latina e Caribe tem sido importante como fonte básica de alimentos para as populações locais e para a demanda mundial, principalmente de carne bovina e de aves. A produção de pecuária como de aves e suínos no Brasil e no Chile e de gado na Argentina, em grande parte, mudou de sistemas de criação extensiva, que criavam animais em paisagens naturais, para sistemas intensivos, nos quais os animais são mantidos em fazendas de alta densidade pecuária que dependem de ração. Isso resultou em maior eficiência na produção e maior disponibilidade de carne como fonte de proteína a preços acessíveis para os consumidores. No entanto, a intensificação veio acompanhada em certas áreas pelo manejo inadequado dos resíduos orgânicos gerados nas fazendas pecuaristas. De acordo com relatórios, o manejo insustentável do gado por parte das empresas pode levar à contaminação do solo e da água e à poluição do ar, pois o esterco e a urina contêm altas concentrações de antibióticos, patógenos, nitrogênio e outros nutrientes da ração animal (FAO, 2017b). Por sua vez, a contaminação cria riscos para a qualidade e a segurança dos alimentos produzidos em áreas adjacentes e cria preocupações sobre outros impactos adversos nas empresas, nas comunidades locais e nos ecossistemas próximos (FAO, 2009). Alguns países da região responderam com investimentos em controles sanitários e a implementação de tratamento de resíduos, fortalecendo assim a sustentabilidade da produção pecuária.

# 3 Esforços comerciais para promover as cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola

Empresas na ALC intensificaram os esforços para abordar questões ambientais e sociais no setor agrícola, adotando compromissos internacionais e buscando iniciativas relacionadas a negócios responsáveis, riscos de sustentabilidade e os ODS. Nos sete países abrangidos por este estudo, mais de 150 empresas do setor agroalimentar participam do UNGC e se comprometeram a trabalhar para a realização dos ODS até 2030. Além disso, inúmeras iniciativas industriais estão sendo desenvolvidas para implementar políticas corporativas, estruturas de gestão e sistemas de certificação, tanto no âmbito setorial quanto territorial, para fomentar cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola. Essas ações estão ocorrendo no contexto do apoio do governo da ALC para promover práticas comerciais responsáveis, incluindo os esforços dos PCNs.

Este capítulo fornece uma visão dos esforços específicos das empresas para fomentar a CER e implementar a devida diligência no setor agrícola na América Latina a partir dos resultados da Pesquisa Econômica da OCDE de 2021 sobre CER na ALC (Quadro 3.1) doravante denominada Pesquisa Econômica, bem como de entrevistas com partes interessadas e pesquisa documental sobre iniciativas do setor e boas práticas na região. O capítulo está estruturado em duas partes: A seção 3.1 analisa as ações comerciais e as iniciativas da indústria em torno do processo em cinco etapas para a devida diligência baseada em riscos, conforme descrito no Guia OCDE-FAO; A seção 3.2 identifica desafios e necessidades futuras para ampliar as práticas de CER no setor agrícola da ALC.

## Quadro 3.1. A Pesquisa Econômica da OCDE para 2021 sobre CER na América Latina e Caribe<sup>1</sup>

A OCDE realizou uma Pesquisa Econômica de 2020 sobre CER na região de novembro de 2020 a janeiro de 2021 com o objetivo de coletar dados sobre as práticas e os desafios de CER das empresas que operam nesses países. A Pesquisa Econômica foi enviada on-line em inglês, espanhol e português e teve um total de 501 respostas de empresas que operam em diversos setores.

Foram coletadas respostas de 71 empresas que operam no setor de agricultura nos sete países analisados para esse relatório. Em termos de tamanho da empresa, 54% das respostas foram fornecidas por grandes empresas (com mais de 250 empregados) e 46% por PMEs (18% por microempresas com menos de 10 empregados, 15% por pequenas empresas com 10 a 49 empregados e 13% por médias empresas com 50 a 249 empregados). As empresas que forneceram respostas operam em diferentes estágios da cadeia de fornecimento agrícola: 41% operam na produção, 30% no processamento, fabricação e embalagem, 20% são fornecedores de insumos, 17% comerciantes, 14% distribuidores e atacadistas e 11% varejistas, supermercados ou operam com hotelaria.

Os resultados da Pesquisa Econômica são um complemento útil aos dados utilizados neste relatório

para entender as práticas da CER na região e obter noções sobre o impacto da crise da COVID-19 e sua relação com a CER, bem como para exemplificar as melhores práticas e necessidades futuras das empresas que operam no setor.

No entanto, há limitações para a abordagem da pesquisa, em termos de representatividade; isso se deve à variação e ao número de respostas do setor de agricultura, à distribuição geográfica dos agentes da cadeia de fornecimento e à sua participação na produção nacional/regional de diferentes commodities. Ademais, os dados da pesquisa se embasam da autodeclaração, que é um fator a ser levado em conta na interpretação dos seus resultados e conclusões.

<sup>1</sup> Consulte o Anexo B para obter informações detalhadas.

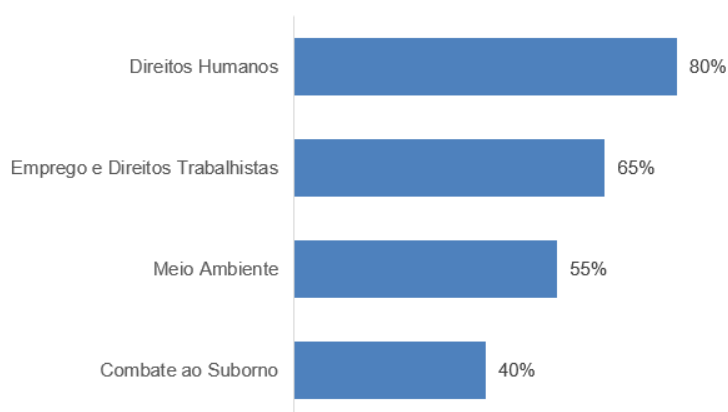
### 3.1 Ações comerciais e iniciativas do setor

#### 3.1.1 A crise da COVID-19 e a CER

As operações comerciais no setor agrícola foram gravemente afetadas pela pandemia da COVID-19 e pela crise que se seguiu, o que trouxe mais desafios ambientais, sociais e de direitos humanos. É importante ressaltar que esforços empresariais concretos para fomentar práticas de devida diligência provaram ter fortalecido a resiliência do agronegócio em meio à crise nos sete países pesquisados para este estudo.

As práticas de CER, de modo geral, fortaleceram a resiliência durante a crise da COVID-19. De acordo com a Pesquisa Econômica, 60% das empresas que forneceram respostas que operam no setor agrícola nos sete países analisados para esse relatório declararam que a crise da COVID-19 afetou as operações de sua empresa mais do que moderadamente. 80% delas indicaram que a pandemia causou desafios específicos com relação às questões de direitos humanos (ver Figura 3.1). Mais de dois terços das empresas (68%) – 83% das grandes empresas, 43% das PMEs - indicam que a existência de práticas comerciais responsáveis implementadas, como a devida diligência, ajudou a empresa em meio à pandemia, principalmente com a mitigação de riscos (72%). As práticas de CER também ajudaram na gestão da cadeia de fornecimento das empresas, em sua situação financeira, produtividade, valor patrimonial e capitalização de mercado, bem como na retenção dos trabalhadores (ver Figura 3.2).

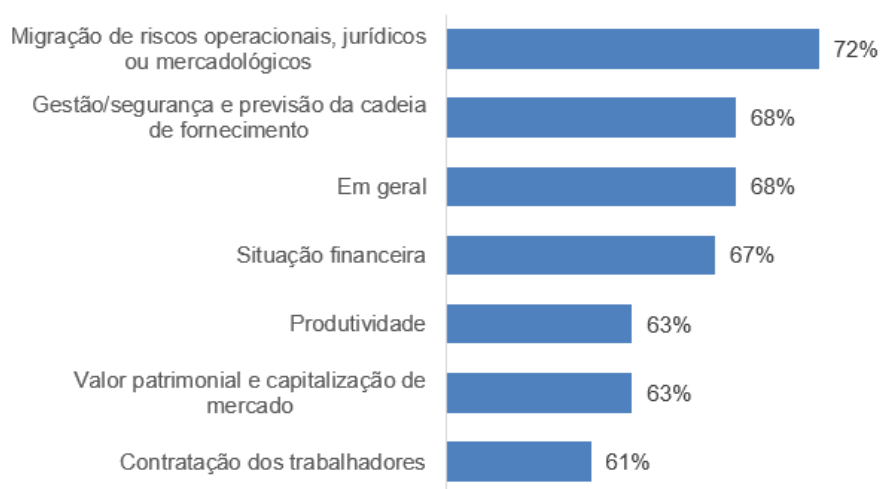
**Figura 3.1. Desafios significativos causados pela pandemia da COVID-19**



*Como interpretar:* 80% das entrevistadas que operam no setor de agricultura relataram que a pandemia de COVID-19 e a crise que se seguiu desencadeou desafios específicos para sua empresa no que diz respeito às questões de direitos humanos.

*Observação:* Com base em 20 respostas. Opção de múltipla escolha.

**Figura 3.2. Práticas de CER que ajudaram a gerenciar esses desafios**



*Como interpretar:* 72% dos entrevistados que operam no setor de agricultura relataram que ter práticas de CER em vigor ajudou sua empresa em meio à pandemia da COVID-19 com relação à mitigação de riscos operacionais, legais ou de mercado.

*Observação:* Com base em 20 respostas. Opção de múltipla escolha.

O **Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola (Guia OCDE-FAO)** apresenta uma estrutura de devida diligência<sup>10</sup> em cinco passos para aplicar práticas comerciais responsáveis nas cadeias de fornecimento no setor agrícola. As recomendações do Guia se aplicam a todas as empresas do setor que operam em vários estágios da cadeia de valor agrícola. O Guia OCDE-FAO explica como todas as empresas devem realizar a devida diligência baseada em riscos de acordo com sua posição e tipo de envolvimento na cadeia de fornecimento (por exemplo, explorações agrícolas, empresas a jusante (*downstream*) ou financeiras), o contexto e a localização de suas operações, bem como seu tamanho e capacidade. A estrutura é composta por: 1) estabelecimento de sistemas de gestão empresarial robustos para cadeias de fornecimento responsáveis; 2) identificação, avaliação e priorização dos riscos na cadeia de fornecimento; 3) elaboração e implementação de uma estratégia para responder aos riscos identificados; 4) verificação da devida diligência na cadeia de fornecimento; e 5) relatório sobre a devida diligência na cadeia de fornecimento.

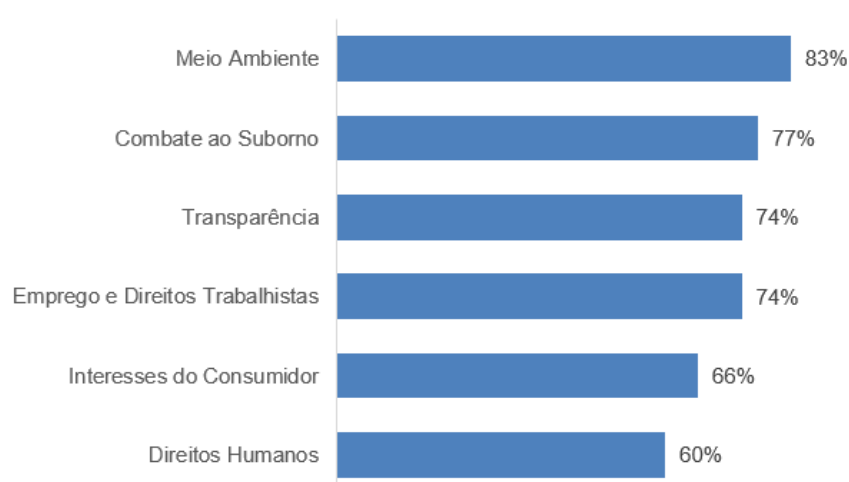
### **3.1.2 Etapa 1: Estabelecimento de fortes sistemas de gestão empresarial para cadeias de fornecimento responsáveis**

Compromissos políticos claros e sistemas de gestão robustos são fundamentais para ajudar as empresas a articular sua visão e estratégia em toda a empresa, atribuir responsabilidades, apoiar as unidades de negócios relevantes e garantir a responsabilidade pelas cadeias de fornecimento responsáveis.

*As empresas do setor de agricultura da ALC adotaram ou integraram políticas empresariais para a CER em suas atividades.* Empresas em todos os sete países se comprometeram a estabelecer sistemas de gestão empresarial sólidos para cadeias de fornecimento responsáveis. Com base em informações fornecidas nas entrevistas com partes interessadas, a maioria das empresas do agronegócio que possuem ou gerenciam a produção ou contratam da região estão cada vez mais desenvolvendo e fortalecendo as políticas de CER e possuem sistemas de gestão robustos para identificar, avaliar e gerenciar os riscos em suas cadeias de fornecimento. Além disso, as empresas relataram que a construção de relacionamentos de longo prazo, o fornecimento de treinamento e a divulgação de informações aos fornecedores diretos são importantes para garantir a implementação das políticas de CER. Por exemplo, na indústria do café, essas ações são especificamente importantes para a mitigação de riscos relacionados ao trabalho, como o trabalho infantil e as más condições de trabalho. De acordo

com os resultados da Pesquisa Econômica, mais da metade das empresas que operam no setor agrícola nos sete países pesquisados incorporaram as questões de conduta empresarial responsável nas políticas e sistemas de gestão. Com relação a essas políticas, 40% das empresas indicam que elas incorporam os ODS, 31% os POs da ONU e 14% as convenções fundamentais da OIT. Entretanto, claramente há chances para melhorar a adoção do Guia OCDE-FAO, já que apenas 11% das entrevistadas fazem referência às recomendações do Guia em suas políticas. Em média, 60% delas adotaram uma política de CER sobre pelo menos uma das seguintes questões: direitos humanos; emprego e direitos trabalhistas; meio ambiente; combate ao suborno; interesses do consumidor; transparência. A maioria dessas políticas corporativas foca no meio ambiente (83% têm uma política total ou parcial sobre essa questão), enquanto a questão dos direitos humanos é comparativamente menos bem abordada, com 60% das entrevistadas tendo uma política total ou parcial sobre esse tema; assim, os compromissos políticos sobre direitos humanos estão abaixo de compromissos sobre outras questões, como o combate ao suborno e a transparência (ver Figura 3.3).

**Figura 3.3. Políticas empresariais que articulam compromissos referentes a questões de CER**



*Como interpretar:* 83% das entrevistadas que operam no setor de agricultura têm uma política total e/ou parcial em vigor que articula os compromissos da empresa em relação a questões ambientais.

*Observação:* Com base em 35 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados. Opção de múltipla escolha.

### **3.1.3 Etapa 2: Identificação, avaliação e priorização dos riscos na cadeia de fornecimento**

O mapeamento da cadeia de fornecimento é uma parte essencial do processo de devida diligência. Ele ajuda as empresas a desenvolverem um panorama completo de suas relações comerciais, além de entender onde estão os riscos. Isso permite a avaliação de risco e a priorização eficazes com base na gravidade e probabilidade.

*As empresas implementam os sistemas de mapeamento e de rastreamento para identificar, avaliar e gerenciar riscos ao longo da cadeia de fornecimento.* As empresas a jusante na região mapeiam os fornecedores direta e indiretamente. As empresas entrevistadas destacaram que a rastreabilidade em cadeias de fornecimento complexas como café, soja e carne bovina é um desafio crucial (ver Quadro 3.2). Elas utilizam diferentes ferramentas para rastrear produtos, incluindo certificações e tecnologias digitais. Por exemplo, a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (ver Tabela 3.1) é uma parceria multissetorial que objetiva responder aos desafios da mudança climática; para tanto, realizou um estudo sobre a rastreabilidade da cadeia de carne bovina no Brasil. Entre outras tecnologias, a blockchain pode



permitir o mapeamento e melhorar a rastreabilidade nas cadeias de fornecimento no setor agrícola na América Latina (OCDE/FAO, 2020). Por exemplo, a empresa chilena Agricom começou a utilizar a plataforma de blockchain IBM Food Trust para acompanhar seus produtos e exportações de frutas (ver Tabela 3.1).

### Quadro 3.2. Como as empresas estão superando as questões de rastreabilidade na cadeia de fornecimento de soja

A capacidade de acompanhar a movimentação dos produtos agrícolas em etapas específicas de produção, agregação, processamento e distribuição é essencial para identificar, avaliar e gerenciar riscos como o desmatamento e violações aos direitos trabalhistas. Entretanto, a rastreabilidade de produtos em cadeias de fornecimento complexas, como de soja, é um desafio comum relatado pelas partes interessadas consultadas para este estudo. Empresas com vários níveis removidos das fases de produção na cadeia de fornecimento informaram que os fornecedores nem sempre podem ou estão dispostos a fornecer informações sobre a origem de determinados produtos ou sobre as condições sob as quais foram produzidos ou transformados. A falta de dados pode limitar a capacidade das empresas de detectar riscos em suas cadeias de fornecimento e o poder de influência que elas podem exercer para garantir que os fornecedores administrem esses riscos a montante. Uma maneira pela qual as empresas podem avaliar as relações comerciais é por meio da identificação e utilização de pontos de controle ou “gargalo”, como os comerciantes na cadeia de fornecimento, conforme definido tanto no Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola quanto no Guia da OCDE de Devida Diligência para CER.

As partes interessadas relataram que a rastreabilidade da soja na região poderia ser um problema, pois os comerciantes têm muitos fornecedores indiretos que muitas vezes não têm capacidade, incentivo ou treinamento adequado para monitorar e aplicar os requisitos de rastreabilidade em suas próprias cadeias de fornecimento. As empresas têm tentado superar esses desafios de rastreabilidade por meio de uma série de iniciativas. Por exemplo, o *Soft Commodity Forum* reúne as seis principais empresas do agronegócio que têm como objetivo atingir a rastreabilidade total das fazendas para aquisição direta até o final de 2020 na região de Matopiba no Brasil.

No Brasil, os comerciantes consultados para este estudo têm como objetivo criar parcerias comerciais de longa data para garantir que os fornecedores apliquem os mesmos requisitos de rastreabilidade em sua própria cadeia de fornecimento. Ao fortalecer as relações comerciais com os fornecedores, os comerciantes podem incorporar gradativamente as considerações sobre CER nos contratos e acordos. Para garantir a conformidade dos fornecedores diretos com as políticas de CER, os comerciantes também adotaram ferramentas sofisticadas, como o monitoramento via satélite, para garantir que a soja comprada não esteja relacionada ao desmatamento ilegal.

*Empresas multinacionais e nacionais reconhecem cada vez mais sua responsabilidade pela identificação, avaliação e priorização dos riscos na cadeia de fornecimento. As avaliações de risco devem ser realizadas para operações, fornecedores e outras relações comerciais de alto risco; elas poderiam ajudar as empresas a entender os impactos adversos reais e potenciais em sua cadeia de fornecimento. Essas avaliações podem assumir diversas formas, incluindo entrevistas com fornecedores, visitas aos locais, revisões de documentos, pesquisas de mercado e consultas às partes interessadas.*

As entrevistas com as empresas destacam que muitas delas têm um entendimento detalhado de como os riscos de impactos adversos ambientais, sociais e de direitos humanos afetam seus negócios. Esse entendimento é menos comum entre os produtores de pequena e média escala. Algumas empresas que operam na região desenvolveram sua própria estrutura para a produção sustentável, como a pecuarista Caldenes, na Argentina, ou a processadora de alimentos Grupo Nutresa, na Colômbia (ver Tabela 3.1).

Algumas empresas desenvolveram essas estruturas como parte de suas iniciativas do setor ou em parceria com OSCs, que também são responsáveis por avaliar a conformidade dos produtores com os requisitos das estruturas.

**Tabela 3.1. Iniciativas da indústria nacional e local por país**

<b>Argentina</b>	<p>Empresas e agricultores adotaram e foram pioneiros na aplicação da <b>Siembra Directa (Plantio Direto)</b>. A implementação da metodologia de zero preparo de solo visa aumentar a sustentabilidade das práticas agrícolas (OCDE, 2019b). O plantio direto não é amplamente utilizado na Argentina e em outras partes do mundo, principalmente como uma resposta à erosão causada pela água e pelo vento. De acordo com a Associação Argentina de Produtores de Plantio Direto, a produção direta ocupa mais de 90% da superfície da terra na Argentina.</p>
	<p>A <b>Caldenes</b> (n.a., n.d.b) é uma empresa líder no mercado agrícola e pecuário argentino. A empresa é certificada pela Mesa Redonda da Soja Responsável e aderiu à Mesa Redonda Global para Carne Bovina Sustentável. A Caldenes implementou auditorias externas e internas para avaliar e monitorar os impactos ambientais e sociais da produção.</p>
<b>Brasil</b>	<p>Para conter o desmatamento ilegal ligado à produção de soja na região amazônica, associações da indústria, empresas, OSCs e o governo criaram a Moratória da Soja em 2008. As empresas signatárias se comprometem a não comprar, comercializar ou financiar soja cultivada em fazendas que desmataram a floresta ilegalmente após julho de 2008. A Moratória da Soja foi amplamente aceita pela indústria da soja e se tornou uma medida permanente em 2016.</p> <p>A <b>Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura</b> (n.a., n.d.c) é uma parceria multisetorial formada atualmente por 220 organizações membros do agronegócio brasileiro, organizações civis na área ambiental e climática e representantes da academia. O principal objetivo da coalizão é articular e facilitar ações para promover um novo modelo de desenvolvimento econômico baseado em uma economia de baixo carbono e, consequentemente, fazer frente aos desafios da mudança climática. Entre outros, a coalizão realizou um estudo sobre a rastreabilidade da cadeia da carne bovina no Brasil.</p>
<b>Chile</b>	<p>O <b>Manual de Boas Práticas Trabalhistas</b> (n.a., n.d.d) (<i>Manual de Buenas Prácticas Laborales</i>) é um guia voluntário desenvolvido em 2009 pela Fundação para o Desenvolvimento de Frutas (<i>Fundación para el Desarrollo Frutícola</i>, FDF) que descreve boas práticas trabalhistas para temas que se enquadram nos direitos trabalhistas: contratos, procedimentos internos, capacitação, trabalho sazonal, trabalho infantil, proteção dos trabalhadores e direito de associação coletiva.</p> <p>Os <b>Acordos de Produção Limpa</b> (n.a., n.d.e) (<i>Acuerdos de Producción Limpia</i>), celebrados entre empresas e o setor público com o objetivo de promover voluntariamente uma produção limpa e uma estratégia ambiental em empresas que inclui metas de devida diligência; baseados nos instrumentos da OCDE pela primeira vez em 2020.</p>
<b>Colômbia</b>	<p>A <b>Certificação Florverde Sustainable Flowers</b> (n.a., n.d.f) (<i>Certificación Florverde Sustainable Flowers – FSF</i>) abrange 14 tópicos, incluindo sistemas de gestão, direitos trabalhistas, educação dos trabalhadores, saúde e segurança, gestão ambiental e rastreabilidade. A norma colombiana é estruturada com base na norma ISO/IEC 17065, sendo as auditorias realizadas por terceiros independentes.</p> <p>O <b>Grupo Nutresa</b> (n.a., n.d.g) é uma empresa de processamento de alimentos com sede na Colômbia que também opera no Chile, México e Peru. Um dos programas da empresa visa assegurar uma cadeia de valor responsável e gerenciar riscos que não estão sob o controle direto da empresa, incorporando variáveis econômicas, sociais e ambientais na gestão da cadeia de fornecimento. Entre outras coisas, ele inclui a identificação e gestão dos impactos ambientais e sociais, como os direitos humanos e os riscos da mudança climática, ao longo da cadeia de valor.</p>

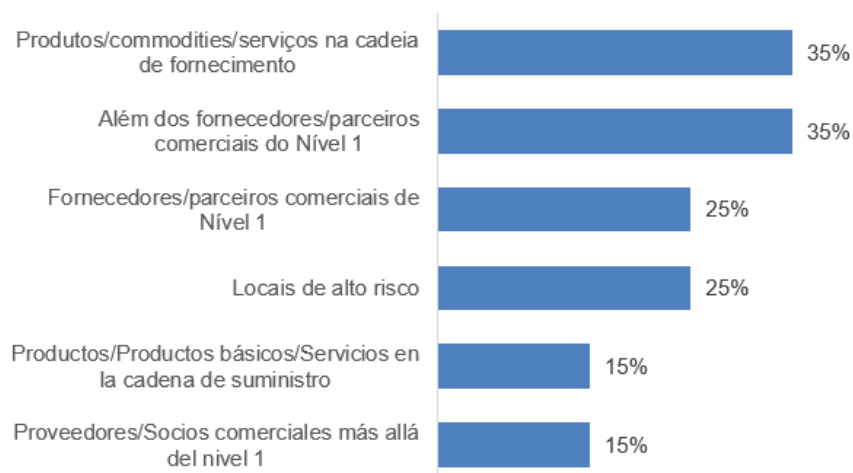
<b>Costa Rica</b>	A Câmara Nacional de Produtores e Exportadores de Abacaxi ( <i>Cámara Nacional de Productores y Exportadores de Piña</i> , CANAPEP) desenvolveu um <a href="#">Manual Técnico para a Produção Sustentável de Abacaxi</a> (n.a., n.d.h) ( <i>Manual Técnico para la Producción Sostenible de la Piña</i> , MT-PSP). As questões centrais abordadas no manual dizem respeito à conformidade jurídica, gestão da água, gestão de produtos perigosos e agroquímicos, gestão de resíduos, proteção ambiental, gestão e conservação do solo, relações com a comunidade, trabalhadores adolescentes, saúde e segurança dos trabalhadores e capacitação. A CANAPEP é responsável pela avaliação e concessão de certificação a seus membros.
<b>México</b>	A <a href="#">Associação dos Produtores e Embaladores Exportadores de Abacate do México</a> (n.a., n.d.j) ( <i>Asociación de Productores y Empacadores Exportadores de Aguacate de México</i> , APEAM) trabalha com agentes da cadeia de fornecimento e partes interessadas de outros países, principalmente dos Estados Unidos, para promover a exportação de abacates do México. Para pertencer à APEAM, os membros devem atender a um conjunto de requisitos, incluindo a certificação com o <b>Manual de Boas Práticas Agrícolas</b> ( <i>Manual de Buenas Prácticas Agrícolas</i> , BPA) ou as Boas Práticas de Fabricação ( <i>Buenas Prácticas de Manufactura</i> , BPF) para processadores. Em 2020, a APEAM aderiu ao Pacto Global da ONU como a primeira associação agrícola mexicana e se comprometeu explicitamente a aumentar as contribuições de seus membros para o desenvolvimento sustentável, incluindo trabalho digno e produção responsável.
<b>Peru</b>	A associação industrial <b>Câmara Peruana de Café e Cacau</b> ( <i>Cámara Peruana del Café y Cacao</i> ) trabalha nos setores de cacau e café do Peru com produtores, exportadores e industriais. O grupo trabalha com os agentes da cadeia de fornecimento do café para implementar medidas de adaptação à mudança climática, como, por exemplo, o <a href="#">Projeto Café e Clima</a> (n.a., n.d.i) ( <i>Proyecto Café y Clima</i> ), cujo objetivo é melhorar a gestão da mudança climática na cadeia de valor do café no país.

### 3.1.4 Etapa 3: Elaboração e implementação de uma estratégia para responder aos riscos identificados

Uma estratégia de gestão de risco deve ser projetada e implementada para prevenir e mitigar efetivamente os impactos adversos reais ou potenciais sobre as questões de CER.

*Os agronegócios começaram a adotar planos de gerenciamento de riscos, mas podem melhorar a implementação na prática da devida diligência baseada em riscos.* Entre as empresas que produzem e compram na região, as medidas de devida diligência variam de acordo com sua posição na cadeia de fornecimento e sua capacidade de implementá-las. A Pesquisa Econômica mostra que, nos sete países analisados para este relatório, apenas um terço das empresas entrevistadas que operam no setor de agricultura sempre adotam um processo de devida diligência reforçado quando riscos são identificados. Cerca de 38% exigem que todos os fornecedores e parceiros comerciais Nível 1 satisfaçam as expectativas de CER como parte de um contrato ou acordo. As empresas fornecem assistência técnica no local para avaliar os processos de produção, gestão ambiental e social, além da implementação de mitigação de riscos. No caso da cadeia de fornecimento de cana-de-açúcar, de acordo com a Associação Brasileira de Cana-de-Açúcar e a certificação Bonsucro, as empresas da América Latina e Caribe desenvolveram programas para fornecer assistência técnica aos fornecedores, avaliar o cumprimento das políticas de CER da empresa e fornecer apoio para a adoção de planos corretivos. No entanto, de acordo com os resultados da Pesquisa Econômica, igual ou menos de 30% das empresas entrevistadas realizam sessões de treinamento sobre CER ou devida diligência para fornecedores e parceiros comerciais. Ademais, menos de 35% das empresas realizam avaliações de risco como parte de um processo de devida diligência na cadeia de fornecimento em todos os fornecedores e parceiros comerciais. Apenas 15% relatam que realizam avaliações de riscos além do Nível 1 ou sobre produtos, commodities ou serviços na cadeia de fornecimento. Isso mostra que a implementação da devida diligência exige mais esforços, principalmente no que diz respeito à complexidade das cadeias de fornecimento e à necessidade de melhor transferência de dados entre os agentes dessa cadeia de fornecimento e além do Nível 1 (ver Figura 3.4).

**Figura 3.4. Práticas de avaliação de riscos das empresas como parte de um processo de devida diligência**



*Como interpretar:* 35% das entrevistadas que operam no setor de agricultura realizam avaliações de risco como parte de um processo de devida diligência em relação a seus fornecedores ou parceiros comerciais de alto risco.

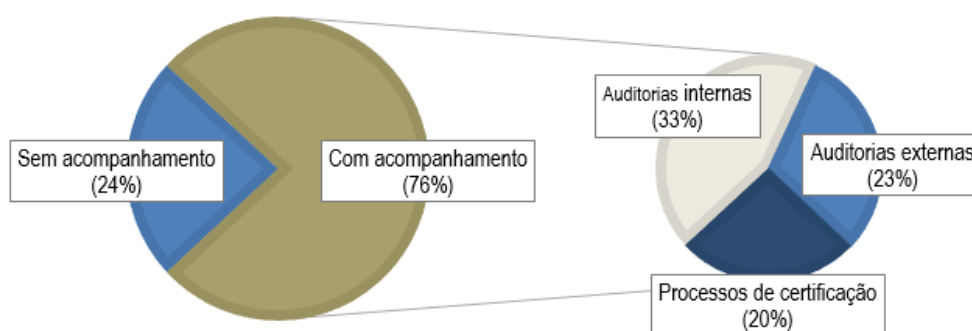
*Observação:* Com base em 20 respostas. Opção de múltipla escolha.

### 3.1.5 Etapa 4: Verificação da devida diligência na cadeia de fornecimento

As empresas devem tomar medidas para verificar se suas práticas de devida diligência são eficazes, ou seja, se os riscos foram adequadamente identificados e mitigados ou prevenidos. Acompanhar a implementação e a eficácia pode fornecer lições valiosas a serem aprendidas e ajudar a melhorar esses processos no futuro.

*As empresas continuam sem capacidade para verificar os processos de devida diligência baseada em riscos.* Os resultados da Pesquisa Econômica indicam que a verificação das empresas quanto à eficácia de suas práticas de devida diligência é feita principalmente por meio de auditorias internas (33%), auditorias externas (23%) e processos de certificação (20%). No entanto, 24% delas indicaram que não tinham processos de acompanhamento em vigor (Figura 3.5). Em termos de questões de CER, a verificação dos processos de devida diligência é maior para questões ambientais, combate ao suborno e transparência (81% das empresas fazem a verificação), seguida pelos direitos humanos (76%), emprego e direitos trabalhistas (71%) e é menor para os interesses do consumidor (67% das empresas fazem o acompanhamento).

**Figura 3.5. Verificação das empresas sobre a eficácia das práticas de devida diligência**



*Como interpretar:* 76% das entrevistadas que operam no setor de agricultura verificam que suas práticas de devida diligência são eficazes.  
*Observação:* Com base em 21 respostas.

O uso de programas de certificação da indústria é crucial para enfrentar os riscos da cadeia de fornecimento, mas varia consideravelmente entre produtos e países. Em alguns casos, órgãos governamentais desenvolveram padrões de certificação para produtos agrícolas, que podem ser utilizados para identificar riscos ou para fornecer segurança de que os possíveis riscos foram mitigados (ver os programas por país na Tabela 3.2, por commodity na Tabela 3.3 e iniciativas internacionais na Tabela 3.4). De acordo com a Pesquisa Econômica, a certificação é utilizada por 20% das empresas que operam no setor agrícola. Os programas de certificação podem incluir aspectos ambientais e sociais para diferentes cadeias de fornecimento e commodities. Esses programas de certificação são uma ferramenta importante para abordar os riscos da cadeia de fornecimento, mas precisam de melhor alinhamento internacional e entendimento comum das expectativas de devida diligência, conforme descrito no Guia OCDE-FAO. A percepção das empresas entrevistadas sobre a eficácia dos programas de certificação na identificação e mitigação de riscos também é variada. As partes interessadas sugeriram que, em alguns casos, os custos para implementar as medidas exigidas pelos padrões de certificação não são economicamente viáveis para os produtores, especialmente para os pequenos e médios agricultores. Em outros casos, os custos relacionados à própria verificação são um ônus para os produtores, que podem não ter reservas de caixa suficientes para pagar por auditorias. Algumas empresas a jusante relataram que arcam com os custos de verificação para minimizar o impacto econômico sobre os agricultores. Uma preocupação com o uso de programas de certificação global é que eles nem sempre levam em conta as características locais, como as estruturas legais e regulamentares ou dinâmicas de mercado. Isso pode, supostamente, representar um desafio para as empresas e os produtores da ALC que planejam obter a certificação.

**Tabela 3.2 Programas nacionais de certificação/protocolo por país**

<p><a href="#">Selo de Alimentos Argentinos</a> (n.a., n.d.k) (Sello Alimentos Argentinos)</p>	<p>Liderado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca (<i>Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca</i>, MagYP), este selo para alimentos produzidos na Argentina exige o cumprimento de um protocolo de segurança e qualidade alimentar que é auditado.</p>
<p><a href="#">Brasil: Selo +Integridade</a> (n.a., n.d.l)</p>	<p>Estabelecido no Programa de Integridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Selo +Integridade foi lançado em 2018 para promover, reconhecer e recompensar práticas de integridade de empresas do agronegócio sob a ótica da responsabilidade social, sustentabilidade, ética e compromisso de mitigar práticas de fraude, suborno e corrupção.</p>
<p><a href="#">Brasil: Programa Soja Plus</a> (n.a., n.d.m)</p>	<p>O Programa Soja Plus para todos os produtores de soja no Brasil foi iniciado em 2010 por associações comerciais brasileiras e organizações da sociedade civil. O programa se concentra no treinamento de produtores de soja em boas práticas agrícolas e financeiras, e em ajudá-los a cumprir a legislação nacional.</p>
<p><a href="#">Chile: Protocolo de Agricultura Sustentável</a> (n.a., n.d.n) (<i>Protocolo de Agricultura Sustentable</i>)</p>	<p>Liderado pelo Ministério da Agricultura (<i>Ministerio de Agricultura</i>, MINAGRI), pelo Padrão de Sustentabilidade na Produção de Frutas Secas (<i>Estándar de Sustentabilidad en la Producción de Frutos Secos</i>) e pelo Gabinete de Estudos e Políticas Agrícolas (<i>Oficina de Estudios y Políticas Agrarias</i>, ODEPA), o Protocolo de Agricultura Sustentável foi desenvolvido para ajudar os agricultores a melhorarem seu desempenho de sustentabilidade em dez áreas prioritárias: uso da água, direitos humanos e condições de trabalho, gestão de resíduos, uso de agroquímicos, saúde e saneamento, comunidades locais, biodiversidade, energia, solos e bem-estar animal.</p>

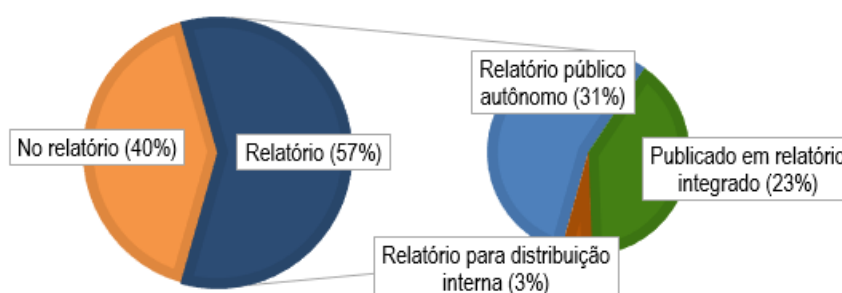
<p><b>Colômbia: Boas Práticas Agrícolas</b> (<i>Buenas Prácticas Agrícolas, BPA</i>)</p>	<p>Liderados pelo Instituto Colombiano Agropecuário (Instituto Colombiano Agropecuario, ICA), as Boas Práticas Agrícolas são um conjunto de princípios, padrões e recomendações técnicas destinados a reduzir os riscos físicos, químicos e biológicos na produção, colheita e embalagem na agricultura; eles abrangem a cadeia de produção desde o plantio até a colheita de produtos.</p>
<p><b>Costa Rica: Manual de Boas Práticas para a Produção Sustentável de Abacaxi</b> (n.a., n.d.o) (<i>Manual de Buenas Prácticas Agrícolas para la Producción Sostenible del Cultivo de la Piña</i>)</p>	<p>Liderado pelo Serviço Fitossanitário do Estado (<i>Servicio Fitosanitario del Estado, SFE</i>), o Manual de Boas Práticas para a Produção Sustentável de Abacaxi é uma ferramenta para gerenciamento de riscos na produção de abacaxi. Ele promove a proteção da saúde, segurança e bem-estar do trabalhador no campo, bem como a proteção do meio ambiente, compatível com a agricultura sustentável e ambientalmente correta.</p>
<p><b>Peru: Sistema de Garantia Participativo</b> (<i>Sistema de Garantía Participativo, SGP</i>)</p>	<p>Liderado pelo Ministério da Agricultura (<i>Ministerio de Agricultura y Riego, MINAGRI</i>), o Sistema é um meio de certificação de produtos orgânicos de pequenos produtores para o mercado interno; ele exige que os produtores adotem princípios ligados, por exemplo, ao meio ambiente, à igualdade de gênero e à governança.</p>

### 3.1.6 Etapa 5: Relatório sobre a devida diligência na cadeia de fornecimento

As empresas devem informar publicamente sobre suas políticas e práticas de devida diligência na cadeia de fornecimento, com a devida consideração ao sigilo comercial e outras preocupações de concorrência. Informar publicamente sobre as políticas de CER da empresa, processos de devida diligência e atividades conduzidas para identificar e abordar riscos, incluindo as conclusões e resultados dessas atividades, permite que as empresas criem confiança em suas ações e tomadas de decisões e demonstrem boa-fé.

As empresas da região estão tomando cada vez mais medidas para informar as questões de CER. Com base nos resultados da Pesquisa Econômica, mais da metade das empresas faz relatórios sobre as práticas de CER. Cerca de 57% das empresas entrevistadas que operam no setor publicam um relatório sobre CER, enquanto aproximadamente 40% delas não publicam nenhum relatório desse tipo (ver Figura 3.6.).

Figura 3.6. Relatórios públicos das empresas sobre questões de CER



Como interpretar: 57% dos entrevistados que operam no setor de agricultura publicam um relatório sobre CER.

Observação: Com base em 35 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados.

### 3.1.7 Colaboração na CER

As iniciativas internacionais do setor desempenham um papel importante no apoio ao desenvolvimento e à implementação da CER. Há um reconhecimento geral entre as empresas do setor agrícola da região de



que os riscos ambientais e sociais podem se traduzir em diferentes impactos, dependendo do contexto histórico, político, jurídico, econômico e social de cada país. Por exemplo, as questões de posse da terra enfrentadas pelos povos Indígenas variam em toda a região. Para abordar esse desafio, algumas iniciativas internacionais apresentam princípios gerais e estruturas de boas práticas que podem ser usadas para estabelecer metas específicas, indicadores-chave de desempenho (KPIs) e mecanismos de verificação relevantes para o país. Por exemplo, as BPA Globais (Boas Práticas Agrícolas, ver Tabela 3.4) são um programa de certificação voluntária internacional credenciado por terceiros que abrange, entre outros temas, a rastreabilidade, a saúde e segurança, o bem-estar dos trabalhadores e o bem-estar animal.

**Tabela 3.3. Programas de certificação e iniciativas específicos para commodities**

<b>Cana-de-açúcar</b>	O <a href="#">Bonsucro</a> (n.a., n.d.p) é um grupo internacional de governança com diversas partes interessadas e sem fins lucrativos que foi criado em 2008 para promover a cana-de-açúcar sustentável. A Bonsucro é um padrão de produção que inclui o cumprimento da legislação nacional, os padrões relativos aos direitos humanos e trabalhistas, a gestão da biodiversidade e de ecossistemas, a adesão às diretrizes da UE e a organização de pequenos agricultores. A conformidade com o padrão é monitorada por meio de auditorias e certificações por terceiros.
<b>Soja</b>	<p>A <a href="#">Mesa Redonda da Soja Responsável</a> (n.a., n.d.q) é um padrão de certificação para as partes interessadas da cadeia de valor da soja, como produtores, investidores e OSCs. A certificação abrange questões como governança, direitos humanos, direitos trabalhistas, saúde e segurança, envolvimento com comunidades locais e meio ambiente.</p> <p>A <a href="#">Iniciativa Colaborativa da Soja</a> (n.a., n.d.r) é uma estrutura colaborativa de diferentes partes interessadas cuja visão é a de uma produção de soja 100% livre de conversão e sustentável e adoção de mercado em escala global.</p> <p>As <a href="#">Diretrizes de Suprimento de Soja da FEFAC</a> (n.a., n.d.s) foram publicadas em 2021 como uma versão atualizada das Diretrizes de Suprimento de Soja apresentadas inicialmente em 2015 pela Federação Europeia dos Fabricantes de Rações (FEFAC) para contribuir para uma transição geral em direção à soja responsável. As diretrizes contêm um conjunto de critérios sobre temas agrícolas, ambientais e sociais, representando as exigências da indústria de ração europeia para soja responsável.</p>
<b>Carne bovina</b>	A <a href="#">Mesa Redonda Global para a Carne Bovina Sustentável (GRSB)</a> apresenta os princípios gerais para a produção sustentável de carne bovina, incluindo considerações sobre recursos naturais, pessoas e comunidades, saúde e bem-estar animal, alimentação e eficiência e inovações.
<b>Café</b>	O <a href="#">Desafio do Café Sustentável</a> (n.a., n.d.t) é uma parceria de diversas partes interessadas de empresas, governos, ONGs e instituições de pesquisa que trabalha para aumentar a transparência e a sustentabilidade do setor cafeeiro como um compromisso de toda a indústria.
<b>Frutas e Legumes</b>	O <a href="#">Fórum Mundial da Banana</a> (FMB) (n.a., n.d.u) reúne as principais partes interessadas da cadeia de fornecimento global de bananas para fomentar a colaboração e compartilhar as melhores práticas sobre produção e comércio sustentáveis. O FMB tem mais de 40 membros que representam varejistas, importadores, exportadores, produtores, governos, sindicatos, organizações da sociedade civil e instituições de pesquisa. Ele tem um forte compromisso com a CER e incentiva uma mudança estrutural por meio de práticas sustentáveis de abastecimento entre representantes da empresa e do setor.

*A cooperação de diversas partes interessadas é fundamental para abordar questões de CER.* Em geral, as empresas e as OSCs entrevistadas para este estudo comentaram que a melhoria da CER no setor agrícola da ALC não depende nem pode depender realisticamente da ação individual de uma empresa. Assim, o setor uniu forças com as partes interessadas por meio de iniciativas colaborativas com diversas partes interessadas sobre determinados tópicos e/ou commodities. No entanto, a cooperação de diversas partes interessadas sobre questões como mudança climática e emissões de GEE, que reúne empresas agrícolas, cooperativas, ONGs, governos e outros agentes, ainda é rara. As empresas e as OSCs



indicaram que é difícil dar sentido às inúmeras estruturas, protocolos, programas de certificação e compromissos acordados internacionalmente de forma que satisfaça as expectativas das partes interessadas, como investidores, governos e clientes. As empresas entrevistadas para este estudo destacaram o engajamento com iniciativas com diversas partes interessadas, como as que envolvem associações do setor e OSCs, como uma fonte de apoio importante para a “licença social” das empresas para operar entre as comunidades locais. As empresas podem buscar apoio das OSCs e colaborar com aquelas que são especialistas em abordar determinadas questões, como possíveis conflitos com comunidades e questões de posse da terra. As partes interessadas entrevistadas comentaram que outros agentes, como as instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) também podem ser importantes incentivadores da CER na região. Por meio da inclusão de metas ambientais, sociais e de governança e considerações sobre CER, principalmente o Guia OCDE-FAO, em acordos financeiros, esses investidores podem desempenhar um papel significativo no avanço da agenda de CER no setor de agricultura.

**Tabela 3.4. Programas de certificação e iniciativas internacionais na região**

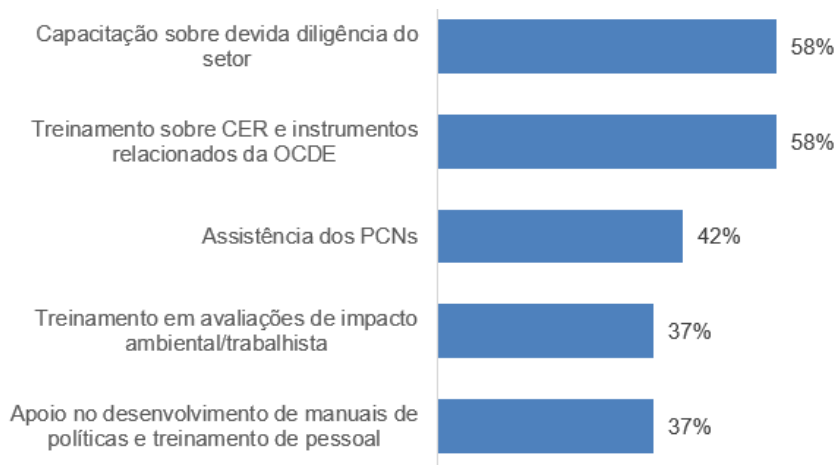
<p><b>Esquema/protocolo de certificação</b></p>	<p>O <a href="#">Fairtrade (Comércio Justo)</a> (n.a., n.d.v) é um acordo projetado para ajudar os produtores de países em desenvolvimento a alcançar relações comerciais sustentáveis e equitativas. A Fairtrade é uma certificação que visa a construir a sustentabilidade ao melhorar a renda, aumentar a segurança alimentar e reduzir a vulnerabilidade econômica melhorando as condições de trabalho, fortalecendo a proteção ambiental, ampliando o acesso aos serviços básicos e melhorando a igualdade de gênero.</p> <p>O <a href="#">BPA Global</a> (n.a., n.d.w) é um programa de garantia agrícola que traduz as exigências dos consumidores em Boas Práticas Agrícolas. O protocolo, um programa voluntário credenciado por terceiros, é igualmente aplicável ao setor de aquicultura. A certificação abrange rastreabilidade, saúde e segurança, bem-estar dos trabalhadores e bem-estar animal. Além disso, o BPA Global e a Iniciativa de Agricultura Sustentável (SAI) desenvolveram a solução conjunta <a href="#">Global GAP Farm Sustainability Assessment (GGFSA) (Avaliação da Sustentabilidade da Unidade de Produção Global GAP)</a> (n.a., n.d.x), que combina os requisitos de sustentabilidade em um padrão internacional.</p> <p>O <a href="#">Rainforest Alliance</a> (n.a., n.d.y)/<a href="#">UTZ Sustainable Agriculture Standard</a> é um programa voluntário usado para certificar fazendas e grupos de produtores envolvidos na produção agrícola e pecuária. A certificação é utilizada para apoiar sistemas eficazes de gestão e planejamento, conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, bem como para melhorar a subsistência e o bem-estar humano e desenvolver a produção pecuária sustentável.</p>
<p><b>Iniciativa da indústria</b></p>	<p>O <a href="#">Consumer Goods Forum (CGF) (Fórum de Bens de Consumo)</a> (n.a., n.d.z) é uma organização dirigida por CEOs de varejistas e fabricantes de bens de consumo que impulsiona diversos compromissos para cadeias de fornecimento responsáveis, como a prevenção do desmatamento.</p> <p>A <a href="#">Food Chain Partnership</a> (n.a., n.d.aa) é uma iniciativa da Bayer AG que reúne agricultores, processadores de alimentos, varejistas, comerciantes e outros agentes da cadeia de valor de alimentos para trabalharem juntos em prol de uma agricultura sustentável. Seu objetivo é ajudar os pequenos agricultores a acessar os mercados globais de exportação e garantir que isso seja feito com sucesso, ajudando a desenvolver a capacitação em torno das boas práticas agrícolas. No Brasil, no Chile, na Colômbia, na Costa Rica, no México e no Peru, a <i>Food Chain Partnership</i> concentra-se em diferentes culturas, incluindo frutas e legumes, cana-de-açúcar e soja.</p> <p>A <a href="#">IBM Food Trust</a> (n.a., n.d.bb) é uma plataforma de compartilhamento de dados que utiliza a tecnologia blockchain para melhorar a transparência e a rastreabilidade nas cadeias de fornecimento agroalimentares. A ferramenta conecta produtores, processadores, distribuidores e varejistas por meio de um registro baseado em permissão, permanente e compartilhado de dados de rastreabilidade.</p>

## 3.2 Desafios e necessidades futuras para ampliar as práticas de CER

*A maioria das empresas precisa de mais apoio e treinamento para abordar riscos sociais, ambientais e de direitos humanos e para implementar práticas de devida diligência baseada em riscos. A maioria das empresas participantes da Pesquisa Econômica (58%) indicou a necessidade de capacitação e*

treinamentos futuros sobre CER e sobre os instrumentos de CER da OCDE. Da mesma forma, 58% apontaram para a necessidade de capacitação sobre a devida diligência na cadeia de fornecimento no setor agrícola; 37% especificaram apoio para o desenvolvimento de manuais de políticas e manuais de treinamento de equipe; e 37% indicaram avaliações de impacto ambiental e laboral (Figura 3.7.). Em alguns casos, as empresas e as OSCs sugeriram que as empresas precisam de mais assistência para ajudá-las a compreender os diversos guias, inclusive os da OCDE, protocolos e programas de certificação e transformá-los em ações para mitigar e gerenciar riscos efetivamente em um processo de devida diligência. As empresas comentaram que as políticas e os guias sobre CER podem ser difíceis para os funcionários ou fornecedores entenderem, em particular para agricultores de pequeno e médio porte. Para enfrentar esses desafios, algumas delas trabalham em colaboração com as partes interessadas locais e fornecem treinamento específico às suas equipes para comunicar políticas e expectativas de forma eficaz. Apesar das medidas tomadas pelas empresas para identificar, avaliar e gerenciar riscos, existe uma necessidade geral de reforçar as práticas de devida diligência baseada em riscos, conforme descrito no Guia OCDE-FAO, para mitigar os desafios contínuos associados à produção agrícola em todos os sete países da América Latina e Caribe.

**Figura 3.7. Necessidade de atividades de CER futuras e apoio**



*Como interpretar:* 58% das entrevistadas que operam no setor de agricultura indicam a necessidade de treinamento sobre CER e instrumentos de CER da OCDE.

*Observação:* Com base em 19 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados. Opção de múltipla escolha.

*As PMEs e os pequenos agricultores enfrentam desafios para implementar práticas de CER e processos de devida diligência e precisam de assistência especializada.* As PMEs, assim como os agricultores pequenos e familiares, são responsáveis por uma parte importante da produção de alimentos na região. Eles desempenham um papel essencial para a produção de empresas agroalimentares e enfrentam uma série de desafios ambientais e sociais. No entanto, muitas vezes, faltam-lhes recursos, capacidade e apoio para sensibilizar e implementar práticas empresariais responsáveis e sustentáveis. De acordo com os resultados da Pesquisa Econômica, as PMEs que operam no setor agrícola na ALC, de modo geral, têm menos políticas ou relatórios sobre CER e demonstram uma implementação significativamente mais fraca da devida diligência e da avaliação de risco na cadeia de fornecimento. Por exemplo, enquanto três quartos das grandes empresas têm políticas formais sobre CER em vigor, apenas 43% das PMEs responderam o mesmo. Da mesma forma, entre as grandes empresas, 84% apresentam relatórios sobre questões de CER, em comparação com apenas 25% das PMEs. Os resultados foram similares em relação às práticas de devida diligência: 50% das grandes empresas e 11% das PMEs adotam de forma consistente um processo de devida diligência mais robusto quando identificam riscos. Além disso, 64%

das grandes empresas contra 11% das PMEs realizam avaliações de risco como parte de um processo de devida diligência da cadeia de fornecimento em todos os fornecedores e parceiros comerciais.

*A visibilidade do sistema de PCN para empresas que operam no setor de agricultura na América Latina e Caribe pode ser aprimorada.* Os PCNs existem em todos os sete países pesquisados e podem desempenhar um papel importante na promoção da CER e do Guia da Devida Diligência relacionado, como o Guia OCDE-FAO (ver “Padrões da OCDE sobre conduta empresarial responsável relevantes para o setor agrícola” no Capítulo 2). A Pesquisa Econômica constatou que apenas cerca de 37% das empresas entrevistadas com operações agrícolas nos países pesquisados estão familiarizadas com os PCNs, enquanto 57% delas não têm nenhum conhecimento sobre eles. Um número maior (47%) de EMNs tem conhecimento geral dos PCNs, enquanto entre as PMEs esse percentual é de apenas 25%. A experiência de envolvimento com os PCNs foi avaliada, em média, em 3,7 de 10. Um número significativo de empresas (42%) indicou a necessidade de uma melhor assistência por parte dos PCNs.

## 4 Conclusão

Os esforços empresariais e governamentais na América Latina e Caribe podem e na verdade já desempenham um papel fundamental para a garantia de cadeias de fornecimento responsáveis e sustentáveis no setor agrícola. Os governos e o agronegócio tomaram medidas para se comprometerem e implementarem práticas empresariais responsáveis em suas políticas e decisões. Isso é exemplificado por meio das muitas iniciativas de inovação tecnológica, mesas redondas e programas de certificação, bem como por meio dos sistemas de gestão de risco e devida diligência próprios da empresa, destacados pelo relatório. As empresas da região estão cientes da necessidade de demonstrar que estão levando a sério as iniciativas para tratar de questões de CER e estão integrando essa consciência nas estratégias e práticas comerciais. Elas estão tomando medidas graduais para se adaptar à mudança climática, reduzir as emissões de GEE, fortalecer a transparência nas cadeias de fornecimento e aumentar a proteção dos direitos dos trabalhadores. Entretanto, a análise realizada para este relatório, as entrevistas com partes interessadas realizadas e as respostas da Pesquisa Econômica mostram que muitas iniciativas e ações empresariais ainda estão em estágios iniciais e as lacunas permanecem nas respostas existentes aos desafios sociais, ambientais e de governança. Além disso, ainda há grandes dificuldades no que diz respeito à formalização, inclusão e integração produtivas de pequenas empresas, agricultores de subsistência, mão-de-obra informal e os agentes econômicos mais vulneráveis da cadeia de valor.

Este estudo destacou a importância econômica e social, assim como a complexidade, da atividade agrícola na região. As cadeias de fornecimento no setor agrícola e os sistemas alimentares globais estão enfrentando um desafio triplo: garantir segurança alimentar e nutrição adequadas para uma população mundial em crescimento; proteger os meios de subsistência ao longo de toda a cadeia de valor; e utilizar os recursos naturais de forma sustentável, adaptando-se à mudança climática e diminuindo as emissões de GEE. A mudança climática tem tido um efeito negativo severo nas atividades agrícolas na ALC. Ao mesmo tempo, atividades agrícolas e práticas empresariais não sustentáveis contribuem para a degradação ambiental e para os desafios endêmicos do trabalho e dos direitos humanos. Investidores, consumidores, sociedade civil, governos e as próprias empresas demandam um aumento nos compromissos e ações em relação à adoção da CER. Os impactos da COVID-19 aumentaram muito os desafios, a pandemia tem demonstrado a fragilidade da cadeia de valor agroalimentar ao intensificar os riscos tanto para ela quanto para muitos trabalhadores do setor. Práticas comerciais responsáveis e a implementação de processos de devida diligência criam oportunidades para promover uma recuperação sustentável após a pandemia e aumentar a eficiência e a resiliência nas cadeias de fornecimento no setor agrícola para que estejam melhor preparados para emergências futuras.

Este relatório identificou cinco áreas de atenção para a implementação da CER no setor de agricultura na ALC: 1) proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; 2) direitos trabalhistas; 3) direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais; 4) governança; e 5) segurança alimentar e nutrição. Cabe aos agronegócios da região abordar esses temas e contribuir para soluções sustentáveis.

Embora muitas empresas possam estar interessadas em atender às expectativas de CER, todas as empresas – e especialmente as PMEs – precisam de treinamento sobre o que é a devida diligência e como implementar essas recomendações em suas operações e cadeias de fornecimento. Com mais experiência na devida diligência baseada em riscos conforme descrito nos padrões relevantes da OCDE, as empresas podem identificar e priorizar os principais riscos no setor e desenvolver medidas para tratar

dessas questões no contexto específico do país e da região. O foco precisa estar em uma melhor conscientização, integração e alinhamento da devida diligência para que as empresas e as iniciativas do setor (como programas de certificação) previnam e mitiguem efetivamente seus riscos e atinjam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As empresas enfrentam o desafio de compreender e sistematizar as diferentes estruturas, protocolos, programas de certificação, guias e compromissos acordados internacionalmente. Portanto, elas precisam de mais apoio e treinamento para tratar dos riscos de direitos humanos, sociais e ambientais em sua cadeia de fornecimento.

Compreender e implementar a devida diligência baseada em riscos da OCDE como parte das decisões empresariais é fundamental para o desenvolvimento de cadeias de fornecimento responsáveis no setor agrícola na região. As empresas não estão sozinhas em seus esforços para implementar as recomendações do Guia OCDE-FAO. Os governos de todos os sete países da ALC analisados para este relatório são aderentes às Diretrizes da OCDE. Eles estabeleceram os Pontos de Contato Nacional, que promovem o guia da OCDE de devida diligência e assumem um papel de mediação como um mecanismo de reclamação extrajudicial nesses países. Além disso, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México também aderiram à Recomendação do Conselho sobre o Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola, o que significa que esses países assumiram o compromisso de promover ativamente o uso do Guia pelas empresas que operam em seus territórios ou a partir deles.

É necessária uma ação significativa de todas as partes interessadas, em face dos crescentes problemas globais como as mudanças climáticas, a desigualdade e os constantes riscos aos direitos humanos nas cadeias de fornecimento no setor agrícola. Embora a ação das empresas e a inovação sejam uma parte essencial da equação para enfrentar os desafios da CER, governos e instituições públicas devem construir um ambiente favorável, sistemas jurídicos e estruturas políticas que apoiem a CER. Trabalhando juntos, as empresas, o governo, as organizações trabalhistas e a sociedade civil podem impulsionar a agenda da CER e construir as bases para um setor agrícola próspero, sustentável e responsável na ALC.

## Anexo A: Tabelas de Referência

**Tabela 0.1. Casos específicos do setor de agricultura na América Latina (2000 - novembro de 2020)**

Descrição	PCN responsável	PCN de Apoio	País Anfitrião	Data	Situação
<u>Salmonicultura no Chile</u> <sup>1</sup> ONGs Ecoceanos (Chile) e Friends of the Earth (Holanda) a respeito das atividades da Marine Harvest, uma subsidiária chilena da empresa multinacional NUTRECO que opera no Chile.	Chile	Países Baixos	Chile	2002	Encerrado
<u>Setor de agricultura na Argentina</u> <sup>2</sup> Sindicato Unión Obrera Molinera Argentina a respeito das atividades da CARGILL S.A., uma empresa multinacional que opera na Argentina.	Argentina		Argentina	2006	Encerrado
<u>Setor de agricultura na Argentina</u> <sup>3</sup> ONGs CEDHA, SOMO, Oxfam-Novib e INCASUR a respeito das atividades da Nidera Holdings B.V., uma empresa multinacional que opera na Argentina.	Países Baixos		Argentina	2011	Encerrado
Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE-MG) a respeito do suposto descumprimento das Diretrizes pela Nestlé, Jacobs Douwe Egberts, McDonald's, Dunkin' Donuts, Starbucks e Illy. <sup>4</sup>	Brasil	Itália, Países Baixos, Suíça, Estados Unidos	Brasil	2018	Parcialmente concluído
Pessoas físicas que alegam que a Bahia Specialty Cellulose (BSC)/Copener Florestal, Bracell Group não observaram as Diretrizes da OCDE. <sup>5</sup>	Brasil		Brasil	2018	Em andamento

*Observações:*

1. A classificação ISIC da ONU inclui a agricultura, a silvicultura e a pesca na seção A. Note que a abrangência deste relatório cobre apenas a agricultura e, portanto, este caso específico, que corresponde à pesca, não faz parte do setor econômico analisado.

<http://mnequidelines.oecd.org/database/instances/cl0001.htm>.

2. <http://mnequidelines.oecd.org/database/instances/ar0002.htm>.

3. <http://mnequidelines.oecd.org/database/instances/nl0019.htm>.

4. Esse caso específico foi dividido em seis casos diferentes. Note que dois deles já estão concluídos. Consulte [www.gov.br/produzidade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/pcn/produtos/alegacoes-de-inobservancia/instancias-especificas-alegacoes-de-inobservancia-das-diretrizes-da-ocde](http://www.gov.br/produzidade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/camex/pcn/produtos/alegacoes-de-inobservancia/instancias-especificas-alegacoes-de-inobservancia-das-diretrizes-da-ocde).

<http://mnequidelines.oecd.org/database/instances/br0026.htm>.

5. <http://mnequidelines.oecd.org/database/instances/br0028.htm>.

Setores definidos pelos setores industriais de alto nível da ISIC (Classificação Internacional Normalizada Industrial) da ONU, os dados correspondem a casos arquivados entre 2000 e novembro de 2020

Fonte: OCDE, Banco de Dados da OCDE de Casos Específicos (acessado em 30 de novembro de 2020),

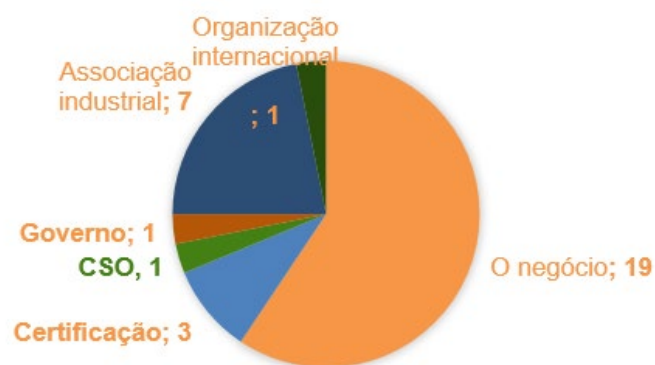
<https://mnequidelines.oecd.org/database/>

**Tabela 0.2. Indicadores analisados para priorizar questões de CER de acordo com o Guia OCDE-FAO**

<b>Questões de governança e corrupção</b>	Transparência Internacional - Índice de Percepção da Corrupção
	Índice de Estado de Direito do World Justice
	Índice de Prosperidade Legatum – Governança
	Índice de Prosperidade Legatum – Economias Abertas
	Apoio ao Negócio da Agricultura
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Direitos humanos</b>	Classificação de risco dos países Amfori-BSCI
	Índice Global de Segurança Alimentar
	Índice de Liberdade de Imprensa
	ND-GAIN (Índice de Adaptação Global da Universidade de Notre Dame) (Capacidade Agrícola)
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Emprego e relações laborais</b>	Índice Global da Escravidão (vulnerabilidade à escravidão moderna)
	Índice de Prosperidade Legatum – Liberdade do trabalho forçado (Liberdade Pessoal)
	Relatórios sobre o Trabalho Infantil do Departamento do Trabalho dos EUA – Empregados (% e população)
	Índice CSI
	Índice de Segurança UL
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Povos indígenas</b>	Mapa da LandMark – Média do país
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Gênero</b>	Índice de Diferença de Gênero do Fórum Econômico Mundial
	Índice de Desigualdade de Gênero
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Meio ambiente</b>	ND-GAIN (Índice de Adaptação Global da Universidade de Notre Dame) – Água
	Índice de Proteção Ambiental – Poluição do Ar
	Índice de Proteção Ambiental – Vitalidade do Ecossistema
	CCPI – Emissões de GEE
	Índice de Sustentabilidade Alimentar – Agricultura Sustentável
	Índice de Proteção Ambiental – Agricultura
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>
<b>Bem-estar animal</b>	Índice Mundial de Proteção Animal
	<i>Outras fontes e informações relevantes</i>

*Observação:* As questões de CER foram priorizadas usando um conjunto de indicadores de acordo com o Guia de Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola publicado pela OCDE e pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO).



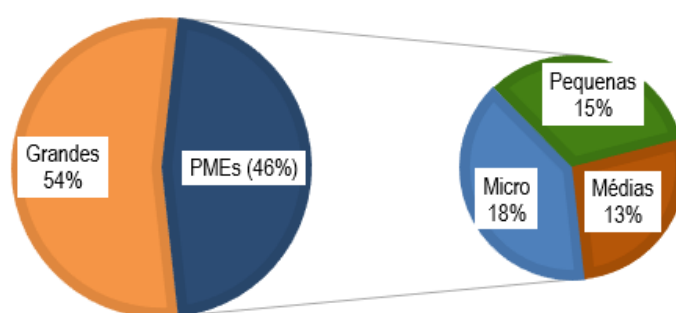
**Figura 0.1. Especialistas entrevistados para a análise de questões e iniciativas de CER**

*Observação:* Trinta e duas entrevistas por telefone foram feitas com especialistas que trabalharam ou estão trabalhando como assessores externos de instituições governamentais, da sociedade civil e da indústria dos sete países para preencher lacunas nos dados disponíveis ao público e para verificar os resultados da análise.

## Anexo B: Amostra da Pesquisa Econômica

A Pesquisa Econômica da OCDE sobre a CER na ALC de 2021 reuniu respostas de 71 empresas que operam no setor de agricultura nos sete países pesquisados para este projeto. Em termos de tamanho, 54% das respostas foram fornecidas por grandes empresas (mais de 250 empregados) e 46% por PMEs (18% das quais são microempresas com menos de 10 empregados; 15% delas são pequenas empresas com 10 a 49 empregados; e 13% são empresas de médio porte com 50 a 249 empregados) (Figura 0.1). No entanto, a taxa de resposta variou consideravelmente por país (Figura 0.2). A maioria das respostas foi fornecida por empresas privadas (Figura 0.3). Quanto à posição na cadeia de fornecimento, quase metade das empresas que responderam são ativas na produção agrícola (Figura 0.4). No entanto, existem limitações na variação e no número de respostas para o setor de agricultura, o que precisa ser considerado para a interpretação adequada dos resultados e das conclusões.

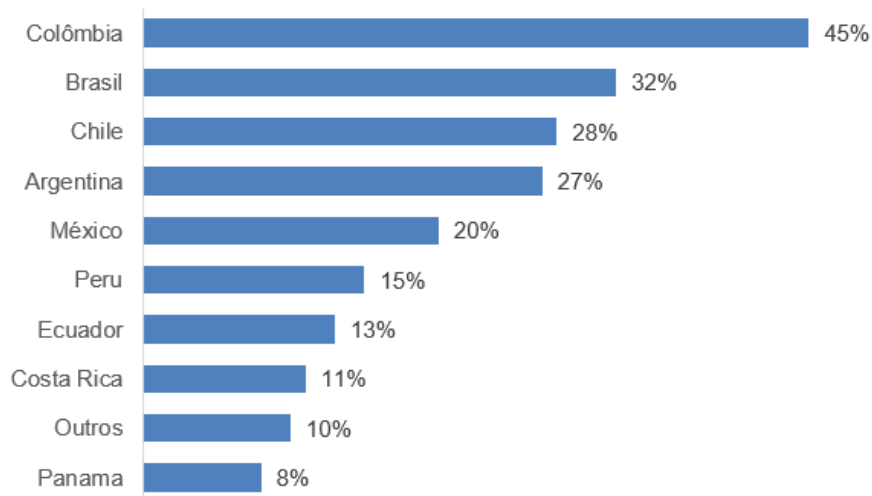
**Figura 0.1. Respostas por tamanho da empresa (número de empregados)**



*Como interpretar:* 54% das empresas entrevistadas que operam no setor de agricultura são grandes empresas com mais de 250 empregados (micro: menos de 10; pequenas: de 10 a 49; e médias: de 50 a 249 empregados).

*Observação:* Com base em 71 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados.

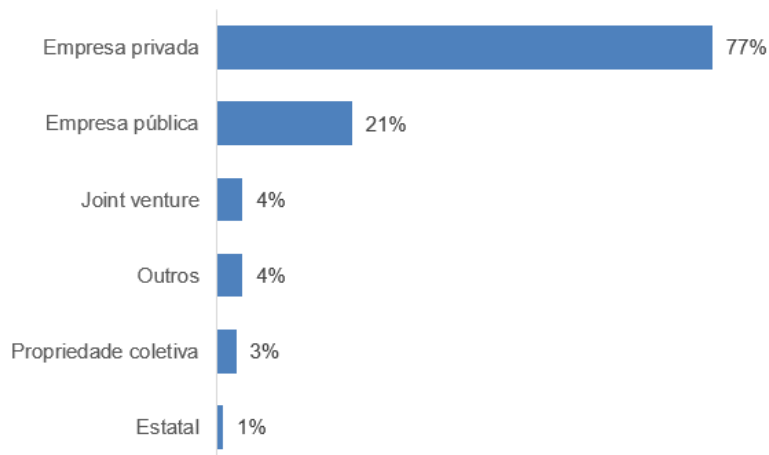
**Figura 0.2. Respostas por país de operação**



*Como interpretar:* 45% das empresas entrevistadas do setor de agricultura operam na Colômbia ou a partir dela.

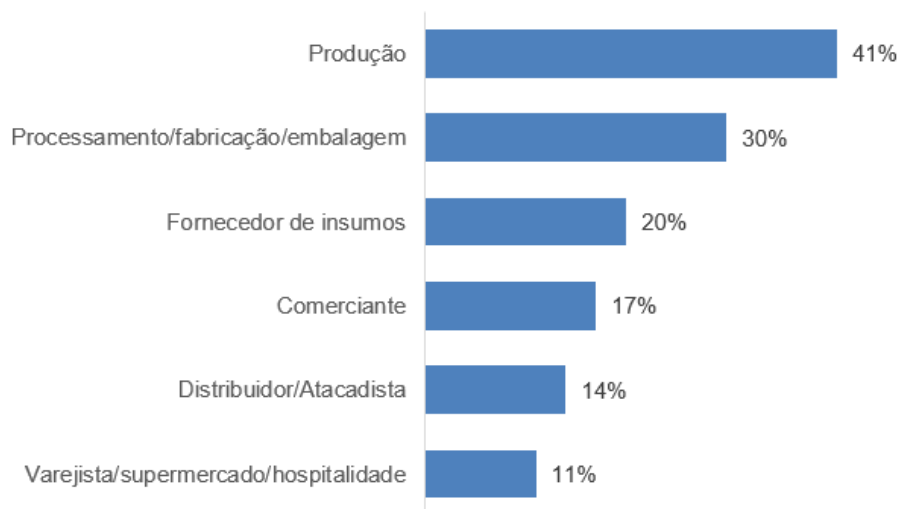
*Observação:* Com base em 71 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados. Opção de múltipla escolha.

**Figura 0.3. Respostas por tipo de propriedade**



*Como interpretar:* 77% das empresas entrevistadas do setor de agricultura são empresas privadas.

*Observação:* Com base em 71 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados. Opção de múltipla escolha.

**Figura 0.4. Respostas por posição na cadeia de fornecimento**

*Como interpretar:* 41% das empresas entrevistadas do setor de agricultura operam na etapa de produção na cadeia de fornecimento.

*Observação:* Com base em 71 respostas de empresas que operam nos sete países da América Latina pesquisados. Opção de múltipla escolha.

# Glossário

**Conduta Empresarial Responsável - CER** – significa que as empresas devem: i) contribuir positivamente para o progresso econômico, ambiental e social, tendo o desenvolvimento sustentável como objetivo; e ii) prevenir e abordar os impactos adversos decorrentes de suas próprias atividades ou diretamente relacionados às suas operações, produtos ou serviços por meio de um relacionamento comercial.

**Devida diligência** – Este é um elemento crucial da CER e deve ser parte integrante dos sistemas de tomada de decisão e gerenciamento de riscos das empresas. As empresas realizam a devida diligência por meio da condução de análises para identificar, prevenir e mitigar impactos adversos reais e potenciais, e pela consideração de como esses impactos são tratados. Os impactos podem ser causados ou contribuídos pelas empresas, ou podem estar diretamente ligados às suas operações, produtos ou serviços por meio de um relacionamento comercial.

**O setor agrícola** – A avaliação abrange culturas e gado, excluindo a pesca e a aquicultura. Para os fins deste estudo, a análise concentra-se no nível de produção primária da cadeia de fornecimento.

**Risco** – De acordo com as Diretrizes da OCDE, neste relatório, o termo “risco” significa a probabilidade de impactos adversos sobre as pessoas, o meio ambiente e a sociedade que as atividades do setor de agricultura causam, contribuem ou estão diretamente ligadas.

**Questões de CER** – A avaliação de risco abrange um subconjunto de cinco questões-chave de acordo com o Guia OCDE-FAO: proteção ambiental e uso sustentável dos recursos naturais; direitos trabalhistas; direitos de posse da terra e acesso a recursos naturais; governança; e segurança alimentar e nutrição.

# Referências

- (n.a.) (n.d.a), *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa AAPRESIDE*, [www.aapresid.org.ar/](http://www.aapresid.org.ar/) (acessado em 2 July 2021).
- (n.a.) (n.d.aa), *Shaping Agriculture*, [www.cropscience.bayer.com/who-we-are/farmer-partner-resources/food-chain-partnership](http://www.cropscience.bayer.com/who-we-are/farmer-partner-resources/food-chain-partnership) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.b), *Caldenes*, <https://caldenes.com.ar/#!/-english/> (acessado em 2 July 2021).
- (n.a.) (n.d.bb), *IBM Food Trust*, [www.ibm.com/blockchain/solutions/food-trust](http://www.ibm.com/blockchain/solutions/food-trust) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.c), *Coalizaobr*, [www.coalizaobr.com.br/home/index.php/en/](http://www.coalizaobr.com.br/home/index.php/en/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.f), *Florverde*, <https://florverde.org/news/mas-de-100-fincas-de-flores-certificadas-en-colombia-y-ecuador-por-florverde-sustainable-flowers/> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.g), *Gruptonutresa*, <https://gruptonutresa.com/> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.h), *Canapep*, <https://canapep.com/download/manual-tecnico-para-la-produccion-sostenible-de-piña/> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.i), *Coffee and Climate Project*, <https://camcafeperu.com.pe/ES/proyecto-cafe-clima.php> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.j), *APEAM*, [www.apeamac.com/sostenibilidad/](http://www.apeamac.com/sostenibilidad/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.l), *Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*, [www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade/201cmapa-integro201d-program](http://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/integridade/201cmapa-integro201d-program) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.m), *Sojaplus*, [www.sojaplus.com.br/en/](http://www.sojaplus.com.br/en/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.o), *Manual de Buenas Prácticas Agrícolas para la Producción Sostenible del Cultivo de la Piña*, [www.mag.go.cr/bibliotecavirtual/F01-9646.PDF](http://www.mag.go.cr/bibliotecavirtual/F01-9646.PDF) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.p), *Bon Sucro*, [www.bonsucro.com/](http://www.bonsucro.com/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.q), *Responsible Soy*, <https://responsiblesoy.org/?lang=en> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.r), *The Collaborative Soy Initiative*, <https://thecollaborativesoyinitiative.info/> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.t), *Sustain Coffee*, [www.sustaincoffee.org/](http://www.sustaincoffee.org/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.v), *Fairtrade UK*, [www.fairtrade.org.uk/](http://www.fairtrade.org.uk/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.w), *Global G.A.P.*, [www.globalgap.org/uk\\_en/who-we-are/about-us](http://www.globalgap.org/uk_en/who-we-are/about-us) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.y), *Rainforest Alliance*, [www.rainforest-alliance.org/](http://www.rainforest-alliance.org/) (acessado em 5 July 2021).



- (n.a.) (n.d.z), *The Consumer Goods Forum*, [www.theconsumergoodsforum.com/](http://www.theconsumergoodsforum.com/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.d), *Manual de Buenas Prácticas Laborales*, [www.fdf.cl/biblioteca/publicaciones/2009/archivos/Manual\\_BPL\\_2009.pdf](http://www.fdf.cl/biblioteca/publicaciones/2009/archivos/Manual_BPL_2009.pdf) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.e), SAG, [www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/acuerdos-de-produccion-limpia-apl](http://www.sag.gob.cl/ambitos-de-accion/acuerdos-de-produccion-limpia-apl) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.k), *Alimentos Argentinos*, [www.alimentosargentinos.gob.ar/HomeAlimentos/Sello/index.php](http://www.alimentosargentinos.gob.ar/HomeAlimentos/Sello/index.php) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.n), *Protocolo de Agricultura Sustentable*, [www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2017/12/3-Protocolo-Agricultura-Sustentable.pdf](http://www.odepa.gob.cl/wp-content/uploads/2017/12/3-Protocolo-Agricultura-Sustentable.pdf) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.s), *Soy Sourcing Guidelines*, <https://fefac.eu/wp-content/uploads/2021/02/FEFAC-Soy-Sourcing-Guidelines-2021-1.pdf> (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.u), FAO, [www.fao.org/world-banana-forum/about-the-forum/en/](http://www.fao.org/world-banana-forum/about-the-forum/en/) (acessado em 5 July 2021).
- (n.a.) (n.d.x), *Global G.A.P.*, [www.globalgap.org/uk\\_en/for-producers/sai-platform/GGFS/index.html](http://www.globalgap.org/uk_en/for-producers/sai-platform/GGFS/index.html) (acessado em 5 July 2021).
- Agencia Nacional de Tierras (2018), *Asistencia Técnica y Jurídica para la Formalización de la Pequeña Propiedad Privada Rural a Nivel Nacional*, [www.agenciadetierras.gov.co/wp-content/uploads/2018/03/bpin-proyecto-asistencia-tecnica-y-juridica-para-la-formalizacion-de-la-pequena-propiedad-privada-rural-a-nivel-nacional.pdf](http://www.agenciadetierras.gov.co/wp-content/uploads/2018/03/bpin-proyecto-asistencia-tecnica-y-juridica-para-la-formalizacion-de-la-pequena-propiedad-privada-rural-a-nivel-nacional.pdf) (acessado em 17 March 2021).
- Anguiano, O. and A. Ferrari (2019), *Riesgos Ecotoxicológicos de Plaguicidas Utilizados en Argentina*, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), [https://probien.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/56/2019/11/RIESGO-ECOTOXICOL%C3%93GICO-DE-PLAGUICIDAS...-ANGUIANO-Y-FERRARI-1\\_compressed.pdf](https://probien.conicet.gov.ar/wp-content/uploads/sites/56/2019/11/RIESGO-ECOTOXICOL%C3%93GICO-DE-PLAGUICIDAS...-ANGUIANO-Y-FERRARI-1_compressed.pdf).
- Arias, M., A. Ibáñez and A. Zambrano (2014), *Agricultural Production amidst Conflict: The Effects of Shocks, Uncertainty and Governance of Non-State Armed Actors*, Universidad de Los Andes, Bogotá, Colombia, Economics Department, <https://ideas.repec.org/p/col/000089/011005.html>.
- Bayer (2018), *HSE Key Requirements*, [www.bayer.com/sites/default/files/20180220-02-bayer-hse-brochure\\_0\\_0.pdf](http://www.bayer.com/sites/default/files/20180220-02-bayer-hse-brochure_0_0.pdf).
- Banco Mundial (2012), *Women's Economic Empowerment in Latin America and the Caribbean: Policy Lessons from the World Bank Gender Action Plan*, World Bank, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/16509?locale-attribute=fr>.
- Banco Mundial (2016), *World Bank Open Data*, <https://data.worldbank.org/> (acessado em 25 June 2021).
- Banco Mundial (2017a), "Peru Systematic Country Diagnostic", World Bank Group, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/26376>.
- Banco Mundial (2017b), "Land tenure for forest peoples, part of the solution for sustainable development", World Bank, <https://blogs.worldbank.org/voices/land-tenure-forest-peoples-part-solution-sustainable-development>.
- Banco Mundial (2019), *World Bank Open Data*, <https://data.worldbank.org/> (acessado em 25 June 2019).
- Banco Mundial (2020), "Climate Change Knowledge Portal", World Bank, <https://climateknowledgeportal.worldbank.org/region/latin-america/climate-data-historical> (acessado em 22 April 2021).
- Banco Mundial (2021), *World Bank Open Data*, <https://data.worldbank.org/> (acessado em 25 June 2021).

- Bee, B. (2014), “Si no comemos tortilla, no vivimos’: Women, climate change, and food security in central Mexico”, *Agriculture and Human Values*, Vol. 31, pp. 607-20.
- Bischler, J. and R. Parra-Peña (2015), *International Center for Tropical Agriculture*, <https://reliefweb.int/report/colombia/how-violence-affects-farmers-colombia-and-beyond> (acessado em 20 March 2021).
- Camara de Comercio de Lima (2018), *Sectores Agro y Servicios Registran Mayor Empleo Informal*, [www.camaralima.org.pe/repositorioaps/0/0/par/r829\\_1/iedep.pdf](http://www.camaralima.org.pe/repositorioaps/0/0/par/r829_1/iedep.pdf) (acessado em 6 November 2019).
- Campos, L. et al. (2018), “Los nuevos frutos de oro. Aparato productivo de piña y naranja en la Zona Norte Norte, Costa Rica (1974-2015)”, *Rev. Rupturas*, Vol. 8/1, pp. 101-29, [www.scielo.sa.cr/pdf/rup/v8n1/2215-2989-rup-8-01-93.pdf](http://www.scielo.sa.cr/pdf/rup/v8n1/2215-2989-rup-8-01-93.pdf).
- CAO (2013), *Annual Report, Compliance Advisor Ombudsman*.
- CEPAL (2019), *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe 2019*, <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44706-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2019-resumo-executivo>.
- CDP (2019), “The Money Trees: The role of corporate action in the fight against deforestation”, Carbon Disclosure Project, [https://6fefcbb86e61af1b2fc4-c70d8ead6ced550b4d987d7c03fcdd1d.ssl.cf3.rackcdn.com/cms/reports/documents/000/004/653/original/CDP\\_Global\\_Forests\\_Report\\_2019.pdf?1563202981](https://6fefcbb86e61af1b2fc4-c70d8ead6ced550b4d987d7c03fcdd1d.ssl.cf3.rackcdn.com/cms/reports/documents/000/004/653/original/CDP_Global_Forests_Report_2019.pdf?1563202981).
- Chirif, A. (ed.) (2019), *Deforestation in times of climate change*, IWGIA, [www.iwgia.org/images/publications/new-publications/Peru\\_Deforestation\\_in\\_Times\\_of\\_Climate\\_Change\\_Dec\\_2019.pdf](http://www.iwgia.org/images/publications/new-publications/Peru_Deforestation_in_Times_of_Climate_Change_Dec_2019.pdf).
- CIFOR (2018), “Corporate commitments to zero deforestation: An evaluation of externality problems and implementation gaps”, Center for International Forestry Research, [www.cifor.org/publications/pdf\\_files/OccPapers/OP-181.pdf](http://www.cifor.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-181.pdf) (acessado em 15 April 2021).
- CIMA (2020), Reporte del Mercado de Maiz, Secretaria de Agricultura y Desarrollo Rural, [www.cima.aseerca.gob.mx/work/models/cima/pdf/cadena/2020/Reporte\\_mercado\\_maiz\\_110520.pdf](http://www.cima.aseerca.gob.mx/work/models/cima/pdf/cadena/2020/Reporte_mercado_maiz_110520.pdf) (acessado em June 2021).
- Cipa (2019), *Frigoríficos registram média de 54 acidentes por dia*, <http://revistacipa.com.br/frigorificos-registram-media-de-54-acidentes-por-dia/> (acessado em 9 March 2021).
- Climate Reality Project (2018), *How is Climate Change affecting Mexico*, [www.climateRealityProject.org/blog/how-climate-change-affecting-mexico](http://www.climateRealityProject.org/blog/how-climate-change-affecting-mexico) (acessado em 6 December 2021).
- Conab (2017), *A produtividade da soja: análise e perspectivas*, Compêndio de Estudos Conab, Companhia Nacional de Abastecimento, [www.conab.gov.br/uploads/arquivos/17\\_08\\_02\\_14\\_27\\_28\\_10\\_compendio\\_de\\_estudos\\_conab\\_a\\_produtividade\\_da\\_soja\\_-\\_analise\\_e\\_perspectivas\\_-\\_volume\\_10\\_2017.pdf](http://www.conab.gov.br/uploads/arquivos/17_08_02_14_27_28_10_compendio_de_estudos_conab_a_produtividade_da_soja_-_analise_e_perspectivas_-_volume_10_2017.pdf).
- Corporación Cactus (2016), *Actualización del contexto de la floricultura de exportación en Colombia con énfasis en la Sabana de Bogotá (2013- 2015)*, Corporación Cactus, [http://e-labor.co/sites/default/files/PDF/Informe\\_Cactus\\_Floricultura.pdf](http://e-labor.co/sites/default/files/PDF/Informe_Cactus_Floricultura.pdf).
- DANE (2014), *Resultados Nacionales: Censo Nacional Agropecuario*, <https://sitios.dane.gov.co/cna-dashboard/#/national> (acessado em 19 November 2021).
- Defensoría del Pueblo Lima (2017), *Deforestación por cultivos agroindustriales de palma aceitera y cacao Entre la ilegalidad y la ineficacia del Estado*, Defensoría del Pueblo, [https://spda.org.pe/?wpfb\\_dl=3882](https://spda.org.pe/?wpfb_dl=3882).



- Financial Times* (2020), “Nigerian businessman targets Brazil-style farming revolution at home”, [www.ft.com/content/1bc033a6-4647-44d1-a7ca-047f64f84643](http://www.ft.com/content/1bc033a6-4647-44d1-a7ca-047f64f84643).
- Fink, R. (2002), *Corruption and the Agricultural Sector*, United States Agency for International Development (USAID), [https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/Pnact873.pdf](https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/Pnact873.pdf).
- FNC (2016), *La Recolección de Café en Colombia: Una aracterización del mercado laboral*, FNN, [https://federaciondecafeteros.org/static/files/La\\_recoleccion%C3%B3n\\_de\\_cafe\\_en\\_Colombia\\_mercado\\_laboral.pdf](https://federaciondecafeteros.org/static/files/La_recoleccion%C3%B3n_de_cafe_en_Colombia_mercado_laboral.pdf) (acessado em 3 March 2021).
- FNC (2019), *Gestión de la Seguridad y Salud en el Trabajo en la Caficultura Colombiana*, Federación Nacional de Cafeteros.
- Gavier-Pizarro, G. et al. (2012), “Expansion and intensification of row crop agriculture in the Pampas and Espinal of Argentina can reduce ecosystem service provision by changing avian density”, *Agriculture, Ecosystems & Environment*, Vol. 154, pp. 44-55.
- Hellin, J., A. Keleman and M. Bellon (2010), “Maize diversity and gender: Research from Mexico”, *Gender & Development: Food*, Vol. 18/3, pp. 427-37.
- Human Rights Council (2019), “Visit to Argentina: Report of the Special Rapporteur on the right to food”, United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights, [https://ap.ohchr.org/documents/dpage\\_e.aspx?si=A/HRC/40/56/Add.3](https://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?si=A/HRC/40/56/Add.3) (acessado em 7 April 2021).
- IBGE (2006), *Censo agropecuário: 2006 – agricultura familiar: primeiros resultados*, <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=750>.
- IBGE (2019), *Censo Agropecuário*, <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6778> (acessado em 30 October 2021).
- ICAR/Global Witness (2016), *Tainted Lands - Corruption in Large-Scale Land Deals*, [www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/tainted-lands-corruption-large-scale-land-deals/](http://www.globalwitness.org/en/campaigns/land-deals/tainted-lands-corruption-large-scale-land-deals/).
- IDB (2019), *AGTECH: Agtech Innovation Map in Latin America and the Caribbean*, <http://dx.doi.org/10.18235/0001788>.
- INEI (2015), *Magnitud y Características del Trabajo Infantil en Perú*, ILO and Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo del Perú (MTPE).
- INPE (2020), *Estimated clear-cut deforestation in the Legal Amazon for 2020 is 11,088 km²*, [www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5615](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5615).
- IWGIA (2011), *Indigenous peoples in Argentina*, International Work Group For Indigenous Affairs, [www.iwgia.org/en/argentina/275-legal-framework.html](http://www.iwgia.org/en/argentina/275-legal-framework.html) (acessado em 7 April 2021).
- LO/FTF Council (2018), *Labour Market Profile, 2018: Colombia*, LO/FTF Council, Danish Confederation of Trade Unions/Confederation of Professionals in Denmark, [www.ulandssekretariatet.dk/sites/default/files/uploads/public/PDF/LMP/LMP2018/Imp\\_colombia\\_2018\\_final.pdf](http://www.ulandssekretariatet.dk/sites/default/files/uploads/public/PDF/LMP/LMP2018/Imp_colombia_2018_final.pdf).
- Lovejoy, T. and C. Nobre (2018), “Amazon tipping point”, *Science Advances*, Vol. 4/2, <http://dx.doi.org/10.1126/sciadv.aat2340>.
- MAG (2019), *Manual de buenas prácticas agrícolas para la producción*, Ministerio de Agricultura y Ganadería, [www.mag.go.cr/bibliotecavirtual/F01-11044.PDF](http://www.mag.go.cr/bibliotecavirtual/F01-11044.PDF) (acessado em 2 April 2021).
- Metropoles (2018), *Ossos do Ofício*, [www.metropoles.com/materias-especiais/ossos-do-oficio](http://www.metropoles.com/materias-especiais/ossos-do-oficio) (acessado em 10 March 2021).
- Miller, N. (2017), “Mother’s Day in the flower fields: Labor conditions and social challenges for Colombia’s flower sector employees”, Paso International and Global Exchange, <http://pasointernational.org/wp->

- [content/uploads/2017/05/Colombias-Cut-Flower-Industry -May-2017-PASO-Compressed.pdf](#) (acessado em 25 March 2021).
- Muñoz-Mora, J. (2018), “The role of land property rights in the war on illicit crops: Evidence from Colombia”, *World Development*, Vol. 103, pp. 268-283, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.10.021>.
- Nações Unidas (2016), “Report of the Working Group on the issue of human rights and transnational corporations and other business enterprises on its mission to Brazil”, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/096/43/PDF/G1609643.pdf?OpenElement>.
- Observatorio del Desarrollo (2017), *Estado del Ambiente 2017*, Observatorio del Desarrollo, <http://odd.ucr.ac.cr/primer-informe-del-estado-ambiente/> (acessado em 2 April 2021).
- OECD (2021), *The Observatory of Economic Complexity*, <https://oec.world/en/> (acessado em 25 June 2020).
- OECD (2021), *The Observatory of Economic Complexity*, <https://oec.world/en/> (acessado em 25 June 2021).
- OCDE (2018), *Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável*, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/investment/duediligence-guidance-for-responsible-business-conduct.htm](http://www.oecd.org/investment/duediligence-guidance-for-responsible-business-conduct.htm).
- OCDE (2018a), *Biodiversity Conservation and Sustainable Use in Latin America: Evidence from Environmental Performance Reviews*, OECD Environmental Performance Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/9789264309630-en>.
- OCDE (2019a), *Agricultural Policies in Argentina*, OECD Food and Agricultural Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/9789264311695-en>.
- OCDE (2019b), *Trends and Drivers of Agri-environmental Performance in OECD Countries*, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/b59b1142-en>.
- OCDE (2019c), *Linking Indigenous Communities with Regional Development*, OECD Rural Policy Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/3203c082-en>.
- OCDE (2020a), “Agriculture and the environment”, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/agriculture/topics/agriculture-and-the-environment/](http://www.oecd.org/agriculture/topics/agriculture-and-the-environment/).
- OCDE (2020b), “COVID-19 and global food systems”, OECD Publishing, Paris, [www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-global-food-systems-aeb1434b/](http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-global-food-systems-aeb1434b/).
- OCDE (2020c), “Brazil”, in *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2020*, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/8f4be872-en>.
- OCDE/CEPAL (2016), *OECD Environmental Performance Reviews: Chile 2016*, OECD Environmental Performance Reviews, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/9789264252615-en>.
- OCDE/FAO (2016), *Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no setor agrícola*, [https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/guia-ocde-fao-para-cadeias-de-fornecimento-responsaveis-no-setor-agricola\\_fb446fdc-pt](https://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/guia-ocde-fao-para-cadeias-de-fornecimento-responsaveis-no-setor-agricola_fb446fdc-pt).
- OCDE/FAO (2019), *OECD-FAO Agricultural Outlook 2019-2028*, OECD Publishing, Paris/Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, [https://dx.doi.org/10.1787/agr\\_outlook-2019-en](https://dx.doi.org/10.1787/agr_outlook-2019-en).
- OCDE/FAO (2019a), *OECD-FAO Pilot project on the implementation of the OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains: Final Report*, OECD Publishing, Paris/ Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, <http://mneguidelines.oecd.org/Pilot-project-on-the-implementation-of-the-OECD-FAO-Guidance-for-Responsible-Agricultural-Supply-Chains-FINAL-REPORT.pdf>.



- OCDE/FAO (2020), "Change in agricultural land use, 2017-19 to 2029", in *OECD-FAO Agricultural Outlook 2020-2029*, OECD Publishing, Paris/Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, <https://dx.doi.org/10.1787/1112c23b-en>.
- OCDE/FAO (2020a), "OECD-FAO Guidance for Responsible Agricultural Supply Chains: Helping achieve the Sustainable Development Goals", OECD Publishing, Paris/Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, <http://mneguidelines.oecd.org/How-the-OECD-FAO-Guidance-can-help-achieve-the-Sustainable-Development-Goals.pdf>.
- OCDE/OIT/ACNUDH (2019), "Responsible business: Key messages from international instruments", <https://mneguidelines.oecd.org/RBC-Key-Messages-from-International-Organisations-ENG.pdf>.
- OIT (2021), *Empleo informal en la economía rural de América Latina 2012 - 2019: Un panorama y tendencias regionales pre-pandemia COVID-19*, [www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_795313/lang-es/index.htm](http://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_795313/lang-es/index.htm).
- OIT (2020), *Efectos de la COVID-19 en la economía rural de América Latina*, [www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_760656/lang-es/index.htm](http://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_760656/lang-es/index.htm).
- OIT (2020a), *Políticas de desarrollo productivo para la transición a la formalidad en la economía rural de América Latina y el Caribe*, International Labour Organization, [www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_760659/lang-es/index.htm](http://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_760659/lang-es/index.htm).
- OIT (2020b), "What is child labour", International Labour Organization, [www.ilo.org/ipec/facts/lang-en/index.htm](http://www.ilo.org/ipec/facts/lang-en/index.htm).
- OIT (2020c), *Aplicación del Convenio sobre pueblos indígenas y tribales núm. 169 de la OIT: Hacia un futuro inclusivo, sostenible y justo*, International Labour Organization.
- OIT (2020d), "Agriculture: A hazardous work", International Labour Organization, [www.ilo.org/safework/areasofwork/hazardous-work/WCMS\\_110188/lang-en/index.htm](http://www.ilo.org/safework/areasofwork/hazardous-work/WCMS_110188/lang-en/index.htm).
- OIT (2019), *Mujeres en el mundo del trabajo: Retos pendientes hacia una efectiva equidad en América Latina y el Caribe. (Panorama Laboral Temático, 5)*, International Labour Organization, [www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS\\_715183/lang-es/index.htm](http://www.ilo.org/americas/publicaciones/WCMS_715183/lang-es/index.htm).
- OIT (2018), *Women and Men in the Informal Economy: A statistical picture, third edition*, ILO, [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_626831.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf).
- OIT (2018a), *Spotlight on Sexual Violence and Harassment in Commercial Agriculture: Lower and Middle Income Countries*, ILO Research Department, International Labour Organization, [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms\\_630672.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---inst/documents/publication/wcms_630672.pdf).
- OIT (2017a), *Global Estimates of Child Labour: Results and Trends, 2012-2016*, International Labour Organization, [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_575499.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf).
- OIT (2017b), *Child Labour in the Primary Production of Sugarcane*, International Labour Organization, [www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS\\_IPEC\\_PUB\\_29635/lang-en/index.htm](http://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_IPEC_PUB_29635/lang-en/index.htm).
- OIT (2017c), *Cadenas mundiales de suministro en la agricultura: Incentivos y limitaciones para mejorar la seguridad y la salud en el trabajo*, International Labour Organization, [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---lab\\_admin/documents/publication/wcms\\_613288.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---lab_admin/documents/publication/wcms_613288.pdf).
- OIT (2011a), *Employers' and Workers' Handbook on Hazardous Child Labour*, International Labour Organization, [www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_dialogue/---actrav/documents/publication/wcms\\_164573.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/publication/wcms_164573.pdf).

- OIT (2011b), *Flujos migratorios laborales intrarregionales: situación actual, retos y oportunidades en Centroamérica y República Dominicana. Informe de Costa Rica*, International Labour Organization.
- OIT et al. (2019), *Ending Child Labour, Forced Labour and Human Trafficking in Global Supply Chains*, International Labour Organization/OECD Publishing, Paris/International Organization for Migration/United Nations International Children's Emergency Fund, <http://mneguidelines.oecd.org/Ending-child-labour-forced-labour-and-human-trafficking-in-global-supply-chains.pdf>.
- Oxfam (2016), *Unearthed: Land, Power and Inequality in Latin America*, [https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file\\_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf](https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/file_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf).
- Oxford Analytica (2017), *Oxford Analytica: 2017 Briefing. An Oxford Analytica Briefing Book for the ABA Annual Meeting*, [www.oxan.com/media/1814/oxford-analytica-2017-briefing.pdf](http://www.oxan.com/media/1814/oxford-analytica-2017-briefing.pdf).
- Pearshouse, Richard (2018), "You Don't Want to Breathe Poison Anymore": *The Failing Response to Pesticide Drift in Brazil's Rural Communities*, Human Rights Watch, [www.hrw.org/report/2018/07/20/you-dont-want-breathe-poison-anymore/failing-response-pesticide-drift-brazils](http://www.hrw.org/report/2018/07/20/you-dont-want-breathe-poison-anymore/failing-response-pesticide-drift-brazils) (acessado em 26 June 2021).
- Pesticide Action Network - UK (2016), *Highly Hazardous Pesticides phase out and alternatives in Costa Rica*, [www.pan-uk.org/site/wp-content/uploads/HHP-Phase-Out-and-Alternatives-in-Costa-Rica-Project-Intro.pdf](http://www.pan-uk.org/site/wp-content/uploads/HHP-Phase-Out-and-Alternatives-in-Costa-Rica-Project-Intro.pdf).
- Polaris (2020), *Bidirectional Communication Pilot Project in the Agricultural Sector of San Luis Potosí, Mexico*, Polaris, <https://polarisproject.org/wp-content/uploads/2020/02/Bidirectional-Communication-Pilot-Project-in-the-Agricultural-Sector-of-San-Luis-Potosi%CC%81-Mexico.pdf> (acessado em 27 March 2021).
- Rekow, L. (2019), "Socio-Ecological Implications of Soy in the Brazilian Cerrado", *Challenges in Sustainability*, Vol. 7/1, pp. 7-29.
- Reuters (2017), "Mexico's indigenous migrant workers risk enslavement on farms: Rights Commission", [www.reuters.com/article/us-mexico-slavery/mexicos-indigenous-migrant-workers-risk-enslavement-on-farms-rights-commission-idUSKBN1DY2IV](http://www.reuters.com/article/us-mexico-slavery/mexicos-indigenous-migrant-workers-risk-enslavement-on-farms-rights-commission-idUSKBN1DY2IV) (acessado em 23 March 2021).
- Rojas, M. et al. (2019), *Evidencia científica y cambio climático en Chile: Resumen para tomadores de decisiones*, <https://mma.gob.cl/wp-content/uploads/2020/03/Resumen-para-tomadores-de-decisiones.pdf>.
- SOMO & ENS (2016), *Working conditions of flower packers and coffee pickers in Colombia: Results of field research (2015) on the impact of sustainability certification*, Centre for Research on Multinational Corporations/Escuela Nacional Sindical, [www.somo.nl/wp-content/uploads/2018/10/case-study-Working-conditions-of-flower-packers-and-coffee-pickers-in-Colombia.pdf](http://www.somo.nl/wp-content/uploads/2018/10/case-study-Working-conditions-of-flower-packers-and-coffee-pickers-in-Colombia.pdf).
- The Guardian* (2018), "Soy destruction in Argentina leads straight to our dinner plates", [www.theguardian.com/environment/2018/oct/26/soy-destruction-deforestation-in-argentina-leads-straight-to-our-dinner-plates](http://www.theguardian.com/environment/2018/oct/26/soy-destruction-deforestation-in-argentina-leads-straight-to-our-dinner-plates) (acessado em 6 March 2021).
- The Guardian* (2019), "Amazon's indigenous warriors take on invading loggers and ranchers", [www.theguardian.com/world/2019/aug/29/xikrin-people-fight-back-against-amazon-land-grabbing](http://www.theguardian.com/world/2019/aug/29/xikrin-people-fight-back-against-amazon-land-grabbing) (acessado em 8 April 2021).
- Transparency International/FAO (2011), "Corruption in the land sector", Transparency International/ Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, [www.transparency.org/en/publications/working-paper-04-2011-corruption-in-the-land-sector](http://www.transparency.org/en/publications/working-paper-04-2011-corruption-in-the-land-sector).



- TUDCN-RSCD (2018), *A trade union take on the SDGs*, Trade Union Development Cooperation Network- Réseau syndical de coopération au développement, [www.ituc-csi.org/IMG/pdf/tudcn\\_sdgs\\_global\\_report\\_2018\\_en.pdf](http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/tudcn_sdgs_global_report_2018_en.pdf).
- UNDESA (2019), *World Population Prospects 2019*, United Nations Department of Economic and Social Affairs.
- USAID (2017), *Land Links*, United States Agency for international Development, [www.land-links.org/country-profiles/](http://www.land-links.org/country-profiles/) (acessado em 2 December 2021).
- USDA (2016), "Grain and Feed Annual Mexico", United States Department of Agriculture, [https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=Grain%20and%20Feed%20Annual\\_Mexico%20City\\_Mexico\\_3-12-2016.pdf](https://apps.fas.usda.gov/newgainapi/api/report/downloadreportbyfilename?filename=Grain%20and%20Feed%20Annual_Mexico%20City_Mexico_3-12-2016.pdf) (acessado em 24 March 2021).
- Venencia, C. et al. (2012), "Conflictos de Tenencia de la Tierra y Sustentabilidad del Uso del Territorio del Chaco Salteño", *Avances en Energías Renovables y Medio Ambiente*.
- WBA (2020), "Food and Agriculture Benchmark", World Benchmarking Alliance, [www.worldbenchmarkingalliance.org/publication/food-agriculture/](http://www.worldbenchmarkingalliance.org/publication/food-agriculture/).
- WHO (2018), "Pesticide residues in food", World Health Organization, [www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/pesticide-residues-in-food](http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/pesticide-residues-in-food) (acessado em 2 June 2021).
- WHO-FAO (2019), *Global Situation of Pesticide Management in Agriculture and Public Health: Report of a 2018 WHO-FAO Survey*, World Health Organization - Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome, <https://apps.who.int/iris/handle/10665/329971>.
- Wilson Center (2019), *Farm Labor and Mexico's Export Produce Industry*, [www.wilsoncenter.org/publication/farm-labor-and-mexicos-export-produce-industry](http://www.wilsoncenter.org/publication/farm-labor-and-mexicos-export-produce-industry).

# Notas

1. A contribuição do setor agrícola refere-se ao valor agregado em dólares norte-americanos dos sete países que compõem este relatório. Ele inclui agricultura (colheita e pecuária), silvicultura e pesca. Agricultura, silvicultura e pesca não incluem os mercados agrícolas, a comercialização ou o agronegócio, que estão incluídos na indústria, de acordo com a definição do Banco Mundial.
2. O fluxo de entrada de IED agrícola inclui a agricultura, silvicultura e pesca. As estatísticas de IED refletem a origem imediata do capital, para que a origem final de todo o IED nem sempre seja identificável se entrar por meio de outro país.
3. O valor das exportações agrícolas é a soma do preço base do valor das exportações dos sete países deste relatório.
4. O termo “terras agrícolas” refere-se à parte da terra que é arável, sob cultivos permanentes e sob pastagens permanentes.
5. “Agroquímicos” é o termo coletivo utilizado neste relatório para produtos químicos como pesticidas, fertilizantes, inseticidas e herbicidas (essa lista não é exaustiva). Quando as estatísticas sobre agroquímicos são fornecidas, o agroquímico específico é mencionado.
6. Salvo indicação em contrário, os dados sobre emprego neste relatório referem-se a emprego formal. A definição oficial do Banco Mundial de pessoas em emprego formal é a seguinte: empregados são todos os trabalhadores que têm empregos remunerados, ou seja, empregos nos quais os contratados possuem contratos de trabalho que lhes garantem uma remuneração básica não diretamente dependente da receita da unidade para a qual trabalham.
7. O Guia foi integrado na Recomendação do Conselho sobre o Guia da OCDE de Devida Diligência para uma Conduta Empresarial Responsável e, atualmente, 43 países aderiram a esse instrumento legal: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0428>.
8. O Guia OCDE-FAO faz referência a questões relacionadas à governança, como corrupção, tributação e concorrência.
9. Enquanto o conceito de segurança alimentar inclui a necessidade de alimentos nutritivos em termos de quantidade, a nutrição refere-se à qualidade suficiente dos alimentos. A má nutrição inclui a desnutrição, o sobrepeso e a obesidade.
10. A devida diligência é entendida como o processo por meio do qual as empresas podem identificar, avaliar, mitigar, prevenir e prestar contas de como elas abordam os impactos adversos reais e potenciais de suas atividades como parte integrante da tomada de decisões comerciais e dos sistemas de gestão de riscos. Ela diz respeito aos impactos adversos causados ou contribuídos por empresas, assim como aos impactos adversos diretamente relacionados a suas operações, seus produtos ou serviços por meio de uma relação comercial (Guia OCDE-FAO para Cadeias de Fornecimento Responsáveis no Setor Agrícola, 2016, p. 21).

[oe.cd/rbc-lac](http://oe.cd/rbc-lac)



Financiado pela  
União Europeia

